



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ – UFPA
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLITICA – PPGCP

RUBENS ANDERSON ALVES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE MAIORIAS PARLAMENTARES NAS ASSEMBLEIAS
LEGISLATIVAS ESTADUAIS DO BRASIL (2010 - 2014)**

Belém/PA
2017

RUBENS ANDERSON ALVES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE MAIORIAS PARLAMENTARES NAS ASSEMBLEIAS
LEGISLATIVAS ESTADUAIS DO BRASIL (2010 - 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em
Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

Belém/PA
2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Biblioteca Central da UFPA

S586c Silva, Rubens Anderson Alves da, 1982 - .
A Construção de maiorias parlamentares nas assembleias
legislativas estaduais do Brasil (2010 - 2014) / Rubens
Anderson Alves da Silva. — 2017
90 f.: il.; 30 cm.

Orientador: Edir Veiga Siqueira
Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) - Universidade
Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Belém, 2017.

1. Partidos Políticos. 2. Brasil – Política e governo. I.
Siqueira, Edir Veiga, *orient.* II. Título.

CDD: 23. ed. 324.2

RUBENS ANDERSON ALVES DA SILVA

**A CONSTRUÇÃO DE MAIORIAS PARLAMENTARES NAS ASSEMBLEIAS
LEGISLATIVAS ESTADUAIS DO BRASIL (2010 - 2014)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política, do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Federal do Pará, como requisito
parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência
Política.

Orientador: Prof. Dr. Edir Veiga Siqueira

Aprovado em: /06/2017

Conceito: _____

Banca Examinadora:

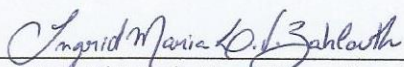
_____ - Orientador
Edir Veiga Siqueira
Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____ - Membro interno
Carlos Augusto da Silva Souza
Doutor em Ciência Política
Universidade Federal do Pará (UFPA)

_____ - Membro externo
Andréa Bittencourt Pires Chaves
Doutora em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido
Universidade Federal do Pará (UFPA)

ATESTADO DE NORMALIZAÇÃO

Eu, **Ingrid Maria Luz Vergolino Zahlouth**, Bibliotecária, com registro no Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB), 2ª Região, sob o nº 582, inscrita sob o CPF nº 001.099.112-37, assumo, para os devidos fins, responsabilidade sobre a normalização da dissertação de mestrado intitulada “**A construção de maiorias parlamentares nas Assembleias Legislativas Estaduais do Brasil (2010 - 2014)**”, de autoria de **Rubens Anderson Alves da Silva**, regida pelas diretrizes das seguintes normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT): **NBR 6023** - Elaboração de Referências (2002); **NBR 6024** - Numeração Progressiva das Seções de um Documento (2012); **NBR 6027** – Sumário (2013); **NBR 6028** - Resumo (2003); **NBR 10520** - Citações em Documentos (2002) e **NBR 14724** - Elaboração de Trabalhos Acadêmicos (2011).



Ingrid Maria Luz Vergolino Zahlouth
Bibliotecária-Documentalista
CRB 2/582

Dedico este trabalho à minha mãe, que tem acompanhado de forma séria a minha pesquisa e ao meu filho, que nasceu justamente meses antes da defesa do Mestrado.

Obrigado a vocês, por tudo.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, em primeiro lugar, por tudo e pela força constante. Por vários momentos quase desisti, mas a força divina, de realizar mais um sonho de vida, me dizia... Continue!

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Edir Veiga, pela companhia, simplicidade, amizade e sugestões acadêmicas muito produtivas.

Agradeço à minha mãe Vera Lúcia Alves da Silva, a Marcus Vinicius Netto, Jefferson Galvão, aos meus tios João Alves, Antônio Alves e Raimunda Falção, que sempre me incentivaram.

Agradeço à minha esposa Riziane Duarte Portal, à Evanilde Duarte e Antônio Portal, que sempre me apoiaram e se dispuseram, dedicadamente, a me acolher carinhosamente, da melhor forma possível. Ao meu filho Rubens Daniel Alves, que é meu recanto de aconchego e familiaridade, além de toda alegria que tem me oferecido por meio de cada sorriso.

Estendo os agradecimentos à Coordenação do PPGCP, especialmente aos professores Carlos, Celso, Roberto e às professoras Marise, Eugênia, Dolores, pela simplicidade e ensinamentos em minha formação. Agradeço ainda à secretaria do PPGCP, por tudo que fizeram para que esta etapa fosse uma realidade.

Meus agradecimentos voltam-se também para meus colegas de turma Mayani, Ana, Ruth e Cláudio, pelos ensinamentos e, especialmente, ao Fidel, amigo da África, companheiro que tentou me puxar para o campo da ciência política. Muito obrigado, amigo!

Um agradecimento especial ao professor Carlos Edilson de Almeida Maneschy, pela sua insistência em acreditar em minhas pretensões desde o início da minha vida na UFPA.

E a todos que contribuíram na minha formação até chegar a este momento.

Obrigado!

O processo de formação de coalizões é sempre um grande desafio, dado os conflitos estratégicos entre os principais atores na tomada de decisão ou de processos de negociação dentro de uma ampla variedade de cenários políticos, econômicos e sociais (LIAO et al, 2014, p. 62).

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo estudar a construção de Maiorias Parlamentares nas Assembleias estaduais do Brasil, no período entre 2010-2014. Os estudos dessa natureza iniciam-se com Downs (1957), Riker (1962) e Olson (1999) e seguem-se, no Brasil, com leituras nos sistemas presidencialistas (SANTOS, 2011; ABRANCHES, 1988). A fim de perceber se existe um padrão na construção de Maiorias Parlamentares estaduais, a metodologia utilizada foi da revisão da literatura a respeito da formação das coalizões, seguida da análise dos resultados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral ([2017]), referente aos dados relativos ao registro eleitoral das candidaturas concorrentes ao cargo de governador, com o intuito de recortar o desenho das coligações eleitorais dessa disputa no período de 2010 e 2014, nos 10 Estados que constituem a amostra. Os resultados da pesquisa indicam que não há uma correlação entre ideologia do partido governista e a tendência de formação de coalizões ideologicamente coerentes. Do mesmo modo, o estudo verificou que as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente em todos os estados que constituem a amostra do estudo, com exceção de Brasília e do Rio Grande do Norte, que se formam coerentemente do ponto de vista ideológico na formação da sua maioria parlamentar, baseada no centro-esquerda.

Palavras-chave: Maiorias Parlamentares. Coalizão. Assembleia Legislativa. Brasil.

ABSTRACT

The present study aims to investigate the construction of parliamentary majorities in the state assemblies of Brazil, in the period between 2010-2014. The studies of this nature begins with Anthony Downs (1957), William Riker (1962), Mancur Olson (1999), among others, that have worked in the respect of political competition and in presidential systems (SANTOS, 2011; ABRANCHES, 1988). Looking to understand if there is a pattern in the construction of state parliamentary majorities, the Methodology used was the review of the literature regarding the formation of coalitions, Followed by analysis of results available in the Supreme Electoral Court ([2017]), referring to data relating to electoral register of candidates competing for the role of governor with the scope of crop the drawing of electoral coalitions such dispute in the period from 2010 to 2014, in the 10 States that constitute the sample. The survey results indicate that there is a correlation between ideology of the ruling party and the tendency to formation of coalitions ideologically consistent. Similarly, the study found that the majority parliamentarians governistas are inconsistent ideologically in all states which constitute the study sample, with exception to Brasilia and Rio Grande do Norte that consistently ideologically in the formation of its parliamentary majority, which was based in the center-left.

Keywords: Parliamentary majorities. Coalition. The Legislative Assembly. Brazil.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Das coligações às coalizões em Alagoas (2010).....	50
Tabela 2 -	Das coligações às coalizões em Alagoas (2014).....	51
Tabela 3 -	Da coligação à coalizão no estado do Amapá (2010).....	52
Tabela 4 -	Das coligações às coalizões em Amapá (2014).....	53
Tabela 5 -	Das coalizões no estado do Pará (2010).....	54
Tabela 6 -	Das coalizões no estado do Pará (2014).....	55
Tabela 7 -	Das coligações às coalizões no Distrito Federal (2010).....	56
Tabela 8 -	Das coalizões no Distrito Federal (2014).....	56
Tabela 9 -	Das coligações às coalizões em São Paulo (2010).....	57
Tabela 10 -	Coalizões em São Paulo (2014).....	58
Tabela 11 -	Da coligação às coalizões em Santa Catarina (2010).....	60
Tabela 12 -	Coligações às coalizões (2014).....	61
Tabela 13 -	Das coligações às coalizões (2010).....	62
Tabela 14 -	Das coligações às coalizões no Mato Grosso (2014).....	62
Tabela 15 -	Das coligações às coalizões no Rio Grande do Norte (2010).....	63
Tabela 16 -	Das coligações às coalizões no Rio Grande do Norte (2014).....	64
Tabela 17 -	Das coligações às coalizões no Rio Grande do Sul (2010).....	65
Tabela 18 -	Das coligações às coalizões no Rio Grande do Sul (2014).....	66
Tabela 19 -	Da coligação à coalizão em Minas Gerais (2010).....	67
Tabela 20 -	Da coligação à coalizão em Minas Gerais (2014).....	68
Tabela 21 -	(In) coerência ideológica na formação de coalizão.....	72

LISTA DE SIGLAS

DEM	Democratas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
PCB	Partido Comunista do Brasil
PcdoB	Partido Comunista do Brasil
PCO	Partido Comunista da Causa Operária
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PEN	Partido Ecológico Nacional
PHS	Partido Humanista da Solidariedade
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
PMN	Partido da Mobilização Nacional
PP	Partido Progressista
PPL	Partido da Pátria Livre
PPS	Partido Popular Socialista
PR	Partido da República
PRB	Partido Republicano Brasileiro
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PRP	Partido Republicano Progressista
PRTB	Partido Renovador Trabalhista Brasileiro
PSB	Partido Socialista do Brasil
PSC	Partido Social Cristão
PSD	Partido Social Democrático
PSDB	Partido da Social Democracia do Brasil
PSDC	Partido Social Democrata Cristão
PSL	Partido Social Liberal
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
PSTU	Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PtdoB	Partido Trabalhista do Brasil
PTN	Partido Trabalhista Nacional

PV	Partido Verde
SD	Solidariedade
TREs	Tribunais Regionais Eleitorais Estaduais
TSE	Tribunal Superior Eleitoral

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	REFERENCIAL TEÓRICO E ESTADO DA ARTE NOS ESTADOS SOBRE COALIZÃO PARA GOVERNABILIDADE	20
2.1	Da teoria da escolha racional ao neo institucionalismo da escolha racional	20
2.1.1	Elementos explicativos da teoria da escolha racional	20
2.1.2	Novo institucionalismo (algumas considerações)	21
2.1.3	Neo institucionalismo da escolha racional	23
2.1.4	Teoria da formação de coalizão	25
2.1.5	Presidencialismo de coalizão no Brasil: algumas considerações	32
3	PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIO: DA TEORIA À EMPIRIA	35
3.1	Estrutura do sistema partidário: contexto do estudo	35
3.2	Partidos políticos e seu funcionamento dentro do sistema partidário	39
3.3	O sistema eleitoral diante da alta fragmentação partidária parlamentar	41
3.4	Efetividade dos partidos políticos e da competição eleitoral no Brasil	44
3.5	Sobre a estrutura da competição eleitoral	45
3.6	Partidos políticos no Brasil	46
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	47
4.1	Bases do processo de coligação eleitoral no Brasil (2010-2014)	47
4.2	Das coligações eleitorais às coalizões governamentais (2010-2014)	50
4.3	Coligações às coalizões em perspectiva comparada (2010-2014)	68
4.4	Maiorias governamentais e coalizões (in)coerentes ideologicamente	72
4.5	Teste de hipóteses	74
5	CONCLUSÃO	76
	REFERÊNCIAS	79

1 INTRODUÇÃO

Estudar a formação de Maiorias Parlamentares no contexto brasileiro é um campo pouco conhecido e explorado. Esta pesquisa, intitulada “A construção de Maiorias Parlamentares nas Assembleias Legislativas no Brasil (2010-2014)”, procura contribuir para o debate de formação de coalizões governamentais no sistema presidencialista do país.

O primeiro estudo que analisou de forma sistemática a formação de coalizões – e que hoje constitui a base de qualquer teoria a esse respeito – surgiu com Von Neumann e Morgenstern (1944). Seguindo este estudo foi a vez da sistematização minuciosa de William Riker (1962) e, mais tarde, foram desenvolvidos estudos também por pesquisadores como Ware (1996), Banerjee, Konishi e Sönmez (2001), Figueiredo e Limongi (1999), Abranches (1988), Downs (1957) e Olson (1999).

Os estudos citados no parágrafo anterior começaram a desenvolver o arcabouço teórico inicial da formação, do tamanho e do funcionamento do processo de coalizão. Riker (1961) apresenta dois tipos de formação de coalizões, que denomina de “princípio de tamanho”: o primeiro voltado às coalizões vencedoras mínimas e o segundo voltado às coalizões máximas. Além do “princípio do tamanho”, Riker debate o efeito da informação no funcionamento de tais coalizões.

A formação de coalizões sempre esteve associada aos governos de sistemas políticos-eleitorais parlamentaristas, mas no contexto brasileiro os estudos que debatem a formação de coalizões ligaram essas dinâmicas com o sistema presidencialista.

Para compreender a formação de Maiorias Parlamentares, é importante identificarmos os estudos, existentes no contexto brasileiro, que enfatizavam o funcionamento e a relação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário, com maior destaque, no entanto, para os dois primeiros – executivo e legislativo. O objetivo central desses trabalhos repousava na compreensão dos padrões de dominação entre os poderes citados e como essa articulação se efetivava. Porém, pouco ou quase nada era desenvolvido a respeito do processo de formação de Maiorias Parlamentares, sobretudo das Assembleias Legislativas nos 10 estados e Distrito Federal existentes no Brasil, como abordei neste estudo. Existem estudos pontuais que levaram em consideração os dois períodos democráticos em que o Brasil experimentou governos marcados por coalizões (1964 e 1988), mas nada no tocante ao escopo desta pesquisa (ABRANCHES, 1988; AMES, 2001). A fim de conseguir a governabilidade e uma maioria parlamentar, os presidentes da república convidam outros partidos para integrar sua base de apoio no congresso nacional, pois o quadro multipartidário fragmentado faz com

que seja impossível a governabilidade sem o empenho de uma coalizão mínima por qualquer governante. Deste modo, a presente pesquisa questiona: existe um padrão na construção de Maiorias Parlamentares no Poder Legislativo estadual no Brasil, entre as eleições de 2010 e 2014? Com o intuito de responder esta questão de pesquisa, foram levantadas as seguintes hipóteses:

- a) Existe um padrão de construção de Maiorias Parlamentares no Poder Legislativo no Brasil, caracterizado do seguinte modo: governante de esquerda produz coalizão mínima, governante de centro produz coalizão máxima e governante de direita produz coalizão média;
- b) As Maiorias Parlamentares governistas de todos estados são incoerentes ideologicamente;
- c) Governos da esquerda são mais coerentes ideologicamente na construção de Maioria Parlamentar do que governo de direita.

A democracia e a competição política, no geral, estão fortemente ligadas ao sistema político de cada país, uma vez que simbolizam o “Poder”. Este, por sua vez, apresenta singularidades para cada contexto de estudo. O presente trabalho tem o intuito de analisar a construção de Maiorias Parlamentares em Assembleias Legislativas, no sentido de iniciar o debate sobre o tema, uma vez que não existem estudos desenvolvidos a esse respeito. Busca-se, portanto, compreender se existe um padrão de construção de Maiorias Parlamentares nos 10 Estados do Brasil e se existe, de fato, uma lógica engendrada na formação de tais padrões.

No desafio de analisar o tema acima citado, encontramos inúmeros trabalhos inclinados a compreender as várias pesquisas desenvolvidas para discutir a formação de coalizões eleitorais em diferentes contextos, a exemplo do multipartidarismo, presidencialismo, presidencialismo de coalizão ou parlamentarismo (RIKER, 1961; LIJPHART, 1999), e no contexto brasileiro (SANTOS, 2011; SOARES; RENNÓ, 2006; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; e outros).

Busca-se uma abordagem que inclua não apenas uma discussão sobre a construção de Maiorias Parlamentares, mas também que se debruce em perceber como ocorre o funcionamento da produção de maiorias do ponto de vista ideológico – centro, esquerda e direita. Nesse estudo, o referencial teórico em relação à construção ideológica procura entender a existência das Maiorias Parlamentares governistas, se estas são incoerentes do

ponto de vista ideológico, bem como se os governos da direita são mais coerentes ideologicamente na formação das suas Maiorias Parlamentares.

Esta pesquisa visa analisar as eleições legislativas de 2010 e 2014 como forma de mensurar o processo de formação de coligações e se essas formações eleitorais se mantiveram dentro das coalizões governamentais, ou seja, se as coalizões são em parte consequência direta da coligação eleitoral ou não. Para tanto, não foram incluídas as eleições de 1990, 1994 e 1998, por acreditar que seja improvável achar os dados na sua totalidade, os quais seriam capazes de nortear a pesquisa com a informação icônica necessária à análise. A escolha pelos 10 Estados do Brasil foi feita considerando o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a disponibilidade de dados, como uma forma de conciliar os interesses da academia. Além disso, buscou-se respeitar a linha de pesquisa da escola do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UFPA, voltada a pesquisas e análises mais empíricas e comparativas. Considerou-se, ainda, o fato de encontrarmos algumas lacunas na literatura nacional sobre estudos do gênero.

O objetivo geral deste trabalho é, portanto, estudar os mecanismos de construção de Maiorias Parlamentares nos governos estaduais. Para tanto, busca-se especificamente, verificar a existência de um padrão na construção de Maiorias Parlamentares no poder legislativo no Brasil, examinar se as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente e compreender se os governos da esquerda são mais coerentes ideologicamente na construção de Maioria Parlamentar do que governos da direita.

Metodologicamente, a presente pesquisa se enquadra na lógica do debate sobre a formação de coalizão em contextos de sistemas multipartidários. Para alcançar os resultados de trabalho, serão utilizadas as estratégias metodológicas descritas abaixo.

Primeiramente, é importante debater alguns elementos característicos de uma pesquisa, de forma resumida. Barreto e Honorato (1998), Ventura (2002), Lakatos e Marconi (2009), Kellstedt e Whitten (2009) explicam que os procedimentos metodológicos podem ser compreendidos como os métodos e técnicas usados para efetivação de um trabalho científico. De acordo com Prodanov e Freitas (2013), a metodologia é o processo de aplicação de procedimentos metodológicos e técnicas de pesquisa que devem ser observados para construção do conhecimento *científico*, com o propósito de comprovar a sua validade e utilidade nos diversos domínios da sociedade.

Foram usados diversos métodos e técnicas de pesquisa comumente utilizados nas ciências sociais, em geral, e na ciência política, em particular. Almejou-se, nesse trabalho, fazer uma análise da literatura clássica e contemporânea a respeito da construção de coalizão,

seja mínima ou máxima segundo uma análise dos resultados disponíveis no Tribunal Superior Eleitoral ([2017]), referente aos dados relacionados ao registro eleitoral das candidaturas concorrentes ao cargo de governador, com o escopo de recortar o desenho das coligações eleitorais no período de 2010 a 2014, nos 10 distritos eleitorais dos estados bem como o distrito federal do Brasil.

Para conhecer o estado da arte produzido no campo de estudo da formação da coalizão, foram analisadas, em uma perspectiva problemática, as várias pesquisas empíricas e analíticas nesta área de estudo, combinando-as em dois níveis:

- a) Realizou-se uma pesquisa aprofundada do tema, considerando a base da revisão bibliográfica do material já existente, como livros, artigos científicos qualificados, teses, fontes em revistas (acessados nos sites).
- b) A pesquisa constitui-se como um estudo descritivo e analítico de um fenômeno social e político, na sua vida real, em 10 distritos eleitorais brasileiros, no período entre 2010 a 2014. Para tanto, a descrição e análise fundamentaram-se na pesquisa bibliográfica, como supracitado acima. Nessa etapa, o trabalho foi realizada recorrendo à base de dados da SCIELO, Portal Capes e à biblioteca da UFPA, que dispôs do material necessário para desenvolver com precisão este estudo.
- c) No eixo da pesquisa empírica, o trabalho agregou dados vinculados ao processo eleitoral no Brasil, bem como ao processo de formação de coligações, em um primeiro momento, para mais tarde discutir sobre a constituição de coalizões governamentais nos 10 Estados, como apresentado no parágrafo que antecede.

É necessário elucidar os conceitos de coalizão mínima, média e máxima, que foram o objeto de mensuração no estudo.

- a) A coalizão mínima, neste estudo, significa a capacidade do governante reunir uma maioria simples, dos deputados estaduais, mensurada em um intervalo entre 51% a 60%.
- b) A coalizão média será compreendida pela capacidade de articulação do governante em agregar apoio dos deputados estaduais em uma escala entre 61% a 80%.

- c) A coalizão máxima é aquela almejada pelo governante por garantir uma tranquilidade governamental e é a capacidade de reunir a maioria significativa de deputados estaduais nas Assembleias Legislativas, na escala acima de 81%.

A base de dados deste estudo é constituída por meio das informações disponibilizadas no site das 10 Assembleias Legislativas dos Estados brasileiros, no intuito de observar o desenho institucional partidário que compõe os assentos das respectivas legislaturas, bem como as coalizões de governo. Buscaram-se, nos site dos Tribunais Regionais Eleitorais Estaduais (TREs) e Tribunal Superior Eleitoral (TSE), informações condizentes aos registros eleitorais das candidaturas concorrentes ao cargo de governador, com o objetivo de recortar o desenho das coligações eleitorais dessas porfias.

Verificaram-se jornais eletrônicos e sites dos estados visando reconstruir a relação entre as coligações eleitorais e as coalizões de governo construídas pelos governadores eleitos em todos os estados membros da federação brasileira. Tais dados foram organizados por Estados e Assembleias Legislativas para, assim, separar por bancadas as legendas e, depois, confrontar com as coligações eleitorais registradas nos TREs, no ato de registro de candidatura dos concorrentes, os quais obtiveram êxito na disputa eleitoral do executivo Estadual.

O recolhimento e tabulação dos dados foram feitos a partir dos sites das Assembleias Legislativas e organizados em planilhas do Software Excel, pois este programa estatístico permite elencar os dados a serem analisados em categorias, assim como oferece recursos de cruzamentos e filtro de informações relevantes ao foco da pesquisa, que são os cruzamentos dos padrões construídos nas Assembleias Estaduais, na busca das Maiorias Parlamentares em cada estado e suas possíveis tipologias (coalizão mínima, média e máxima).

Estes instrumentos de tabulação dos resultados da pesquisa permitiram a construção de tipologias de análise de coalizão de governo, sejam elas mínimas vencedoras ou máximas, conforme a modelagem sugerida por William Riker. Estas tipologias permitem que na análise e discussão dos resultados da pesquisa, possamos a partir dos dados, categorizar e constituir estatísticas de correlação, com o propósito de testar se a primeira hipótese foi comprovada ou não.

Para a pesquisa, foram consideradas as variáveis dependentes e independentes. Como variável dependente foi analisada a formação de Maiorias Parlamentares, já como variáveis independentes foram consideradas a ideologia do partido governante, o tamanho da coalizão de governo (mínima, média e máxima) e os partidos políticos do governante eleito. Foram

apurados como indicadores de controle: o IDH do Estado e a Região e Estado onde se verificou a construção da coalizão de governo;

A natureza da presente pesquisa é mista, pois produz resultados do ponto de vista da abordagem qualitativa e quantitativa. Primeiramente, os dados foram organizados para arrumar os resultados eleitorais oficiais das coligações em cada eleição, utilizando-se como principal base de dados os sites do Tribunal Superior Eleitoral ([2017]) e jornais, como a UOL, sobre as eleições. Na sequência, prosseguiu-se à formatação dos dados em tabelas e gráficos, escalados por anos eleitorais, estados e partidos coligados, o que permitiu mais tarde quantificá-los. Além disso, os dados agregados nas tabelas e gráficos foram organizados, classificando-os como forma de proporcionar condições de análise crítica.

No segundo momento, procedeu-se à interpretação dos dados do ponto de vista do fenômeno estudado, que é a formação de Maiorias Parlamentares no Brasil e, neste momento, congregam-se significações e atributos a partir da abordagem qualitativa. No mais, desenvolveu-se um conjunto de argumentos baseados nos dados quantificados para, assim, tentar aplicar as teorias sobre o processo de coalizão, no intuito de melhor interpretar o objeto de estudo.

O objetivo geral da minha pesquisa é analisar a construção de Maiorias Parlamentares nas Assembleias Legislativas no Brasil. Nesta perspectiva, as minhas hipóteses, enquanto respostas provisórias sobre o problema do estudo, foram testadas a partir da base de dados acima referenciada, o que proporcionou a confirmação ou refutação no final dessa pesquisa, **segundo os critérios** de análise e devidas conclusões.

Sobre as medidas de análise construídas neste estudo é importante destacar que elas permitiram mensurar o significado de Maiorias Parlamentares mínima, média e máxima. Baseado nas proposições de Riker (1961), analisou-se a tendência e as dinâmicas de votação nos parlamentos estaduais para melhor categorizar a construção de Maiorias Parlamentares dos estados geridos por governantes da direita, da esquerda e de centro.

As hipóteses testadas, considerando os dados empíricos disponibilizados e coletados, são descritas a seguir.

Na primeira hipótese, o padrão de constituição de Maiorias Parlamentares no poder legislativo no Brasil é assim caracterizado: governante de esquerda produz coalizão mínima, governante de centro produz coalizão máxima e governante de direita produz coalizão média.

Para testar essa hipótese, verificou-se a tendência dos partidos e como eles votam ou decidem suas demandas no legislativo. Assim, será verificado se os partidos continuarão ou não continuarão votando com o partido do governador. Dado que os partidos coligados podem

se aliar pelo pressuposto ideológico, foram analisados os seguintes casos: se o partido do governador sendo da esquerda produzirá a coalizão máxima, se o partido do governador for da direita produzirá a coalizão mínima e, finalmente, se o partido do governador for do centro produzirá coalizão máxima.

Em relação à segunda hipótese, compreende-se que as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente. Primeiramente, fez-se a categorização demonstrativa dos partidos majoritários em cada parlamento estadual no Brasil, entre 2002 a 2012, o que permitiu, mais tarde, verificar se as Maiorias Parlamentares do governador tem sido incoerentes do ponto de vista ideológico. Assim, nesta hipótese, para seu devido teste, utilizou-se o modelo com base na elaboração de tabelas e variações em termos de direção das coalizões no momento de votação das pautas dentro do parlamento.

Para testar a terceira hipótese (governos da esquerda são menos incoerentes ideologicamente na construção de maioria parlamentar do que governos de direita), primeiramente foram elaborados tabelas e gráficos que permitiram analisar e demonstrar se os governos da direita, nas suas votações, têm sido coerentes ideologicamente. A medida de análise foi a verificação do comportamento da tendência das votações no seio da ordem da agenda de pautas dos parlamentos estaduais, a partir de um desenho institucional da formação das pastas de governo e sua relação com os partidos da base de apoio de cada governador, como indicativo do comportamento partidário.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E ESTADO DA ARTE NOS ESTADOS SOBRE COALIZÃO PARA GOVERNABILIDADE

A presente pesquisa trabalhou com uma lógica da relação entre regras do jogo e as estratégias para a construção das Maiorias Parlamentares. Para isto, foram fundamentais as articulações das teorias da Escolha Racional e o Neo Institucionalismo das Escolhas Racionais, mediante um arcabouço teórico desenvolvido por Joseph Schumpeter, A. Downs, Mancur Olson, William Riker, Marcus Figueiredo, Fernando Limongi e Argelina Figueiredo.

2.1 Da teoria da escolha racional ao neo institucionalismo da escolha racional

2.1.1 Elementos explicativos da teoria da escolha racional

Segundo Rothstein (1996), a teoria dos jogos surge como uma tentativa da escola da teoria da Escolha Racional, dentro do campo da ciência política, ao procurar explicações capazes de facilitar a compreensão da formação de maiorias governamentais estáveis no legislativo e no seio da ação coletiva. Inicialmente, chegou-se a pensar que os indivíduos baseiam suas escolhas exclusivamente pela sua primeira ordem de preferência, sem contar com as regras e procedimentos institucionais estáveis.

Como explicar que os indivíduos baseados, exclusivamente, pelos próprios interesses, agem em constante cooperação, buscando, assim, maiorias para resolverem problemas comuns. No anseio de atender os interesses dos atores, as instituições políticas promovem “incentivos seletivos” como um caminho plausível de soluções dos problemas econômicos, políticos e sociais (OLSON, 1999), por meio de procedimentos e regras anteriores ao início do jogo de interação (ROTHSTEIN, 1996 apud MARQUES, 2007). Assim, a busca da compreensão da tomada de decisão dos indivíduos encontra consequências nas suas escolhas e nas decisões aplicadas por outros atores.

De acordo com o Ferejohn e Pasquino (2001), a Escolha Racional sempre esteve fortemente ligada à economia (“*homo economicus*”) e a sua aproximação na ciência política se deu por meio dos teóricos considerados “economicistas”, como Downs (1957; OLSON, 1999 apud MARQUES, 2007). Na concepção desses autores, os agentes sociais estariam constantemente interessados na maximização dos seus interesses ou de outras dimensões, mais ou menos, mensuráveis em termos de quantidades, mesmo sabendo da possibilidade de se colocar em uma condição de constrangimento de que os recursos são escassos. A

importação do modelo teórico da Escolha Racional para a Ciência Política se deu mediante a linha teórica da “nova economia da organização”, no contexto dos estudos de comportamentos do interior do Congresso americano, mais voltado ao papel exercido pelas instituições para resolver diversas questões paradoxais que envolviam o conflito e atuação interna no Congresso (MARQUES, 2007) ou, ainda, que interferiam nas decisões dos parlamentares americanos por meio dos grupos de pressão organizados de cada distrito eleitoral (OLSON, 1999).

A definição do conceito de instituição na abordagem da Escolha Racional tem como referencial a proposta de North (1990, p. 36), que define as instituições como: “formal rules, informal constrains (norms of behavior, conventions, and self-imposed codes of conduct), and the enforcement characteristics of both”. Todavia, a função *coercitiva* das instituições apontada pela teoria da Escolha Racional sugere que os indivíduos estão inseridos em um contexto de regras e constrangimentos, uma vez que esses indivíduos encontram-se dentro de um ambiente institucionalizado (TSEBELIS, 1998 apud MARQUES, 2007). Isso significa que, se existe o predomínio das instituições, o comportamento dos atores que participam do jogo político, deve ser observado a partir da perspectiva do papel que as instituições exercem no seu contexto social. Na sequência dessa concepção, qualquer forma de manifestação sócio-política dos atores deve ser baseada dentro do contexto de regras institucionais.

A perspectiva da racionalidade explica que os atores, numa determinada situação, tomam decisões conscientes e estratégicas, num campo de ação política que inclua contextos institucionais e sociológicos. A racionalidade requer crenças, desejos e ações que se relacionam de uma forma particular (FEREJOHN; PASQUINO, 2001 apud MARQUES, 2007). Tsebelis (1998, p. 33) concorda que, no contexto de análise de atores políticos orientados pela escolha racional, “os atores racionais devem ser coerentes (não possuir crenças ou desejos contraditórios), e tomar decisões de acordo com as regras dos cálculos e probabilidades e interage com outros atores de acordo com a prescrição da teoria dos jogos”.

2.1.2 Novo institucionalismo (algumas considerações)

Em relação ao Novo Institucionalismo, também chamado de Neo Institucionalismo, autores como March e Olsen (1984), George Tsebelis (1998), Hall e Taylor (2003), Limongi (1994) discutem a ideia segundo a qual as instituições importam e influenciam nos resultados dos atores políticos. A explicação fundamental desta teoria é a de que ela seja uma ferramenta teórica importante para explicar como as instituições alteram o comportamento dos atores ou

indivíduos. Assim, as instituições são regras formais, procedimentos consentidos e práticas operacionais padronizadas que estruturam a relação entre os indivíduos nas várias unidades da política e da economia.

O Novo Institucionalismo solidifica-se no individualismo metodológico que se fundamenta pelo princípio do resultado da ação humana ser explicada pela ação individual e conjunto de interações dentro das estruturas legítimas das instituições. Esse individualismo metodológico tende a incentivar os indivíduos em função das suas ações.

O Novo Institucionalismo fundamenta-se em uma racionalidade dedutiva e expressa num dos grandes enfoques: a escolha das estruturas de governança dos atores privados num determinado ambiente que se converte em um objeto da análise econômica, numa mudança institucional em função dos efeitos que os diferentes ambientes institucionais têm no desempenho econômico, no funcionamento das instituições com apoio de modelos mentais e ideologias (HERNÁNDEZ, 2008). O Neo Institucionalismo estuda as regras das estruturas institucionais econômicas, políticas e sociais, ou seja, o Novo Institucionalismo enfatiza que as instituições definem o comportamento dos atores frente ao seu meio social (HERNÁNDEZ, 2008).

Segundo Guillermo Pereyra (2009), para se evitar importantes heterogeneidades da corrente Neo Institucionalista na política (HALL; TAYLOR, 2003; ROLAND, 2004; e outros) é melhor dialogar com as propostas teóricas do Novo Institucionalismo apresentadas por Douglass North (1998), que desenvolveu relevantes argumentos, mais ou menos, aceitáveis no seio do Novo Institucionalismo.

North afirma que, o ponto de partida epistemológico desta perspectiva é o *indivíduo*. Não obstante, toda sua proposta tem intenção de transcender a noção do núcleo, na margem de toda determinação histórico-social:

[...] Las instituciones son una creación humana. Evolucionan y son alteradas por humanos; por consiguiente, nuestra teoría debe empezar con el individuo. Al mismo tiempo, las limitaciones que esas instituciones imponen a las elecciones individuales son generalizadoras [...] (NORTH, 1998 apud PEREYRA, 2009, p. 117).

A teoria do Neo Institucionalismo é composta por três correntes: sociológica, histórica e escolha racional. De forma resumida, o institucionalismo sociológico se relaciona com as histórias de reformas e mudanças do País. Enquanto, o institucionalismo histórico se relaciona com as mudanças centradas na história do pluralismo estrutural. Por fim, o institucionalismo de escolhas racionais ressalta a importância da intencionalidade humana e

não apenas as estruturas política e social. Tanto o institucionalismo histórico quanto o sociológico tem em comum o seu ponto dinâmico, as metas, as causas que dão à forma as instituições (VARGAS-HERNÁNDEZ, 2014). Por uma questão metodológica, optamos pela corrente da escolha racional desta teoria (HALL; TAYLOR, 2003) que acreditamos acrescentar muito sobre a presente pesquisa.

2.1.3 Neo institucionalismo da escolha racional

Segundo Hall e Taylor (2003), o debate sobre o Novo Institucionalismo da Escolha Racional surge no contexto dos estudos desenvolvidos por analistas sobre o comportamento no interior do Congresso dos Estados Unidos. Partindo da premissa de que os postulados clássicos da escola da Escolha Racional sejam exatos, então seria difícil reunir maiorias estáveis para votar leis no Congresso norte-americano, onde se encontram as múltiplas escalas de preferência dos legisladores e o caráter multidimensional das questões, o que deveria rapidamente gerar ciclos, nos quais cada nova maioria invalidaria as leis propostas pela maioria precedente.

Foi por esta razão que no final dos anos 1970 os teóricos da Escolha Racional começaram a se questionar como essas anomalias eram notáveis, sobretudo nas decisões estáveis que se tomavam no congresso norte Americano (HALL; TAYLOR, 2003). Em resultado disso, os teóricos procuraram as respostas pelo lado das instituições. Muitos afirmaram que a existência de maiorias estáveis, em matéria de legislação, se explica pelo modo como as regras de procedimento e as comissões do Congresso estruturam as escolhas e as informações de que dispõem seus membros. Algumas dessas regras permitem fixar a pauta, de modo a limitar o surgimento de decisões submetidas ao voto dos representantes (SHEPSLE, 1989).

Para Hall e Taylor (2003), os institucionalistas da Escolha Racional desenvolveram um enfoque próprio à explicação da origem das instituições. Para tanto, eles apontam a existência da instituição com alusão ao valor assumido por essas funções, na perspectiva dos atores influenciados pela instituição: essa análise pressupõe que os atores criam a instituição de modo a realizar esse valor, o que os teóricos conceituam na maioria das vezes como um ganho obtido pela cooperação (HALL; TAYLOR, 2003).

Como qualquer outra teoria, o Novo Institucionalismo da Escolha Racional está repleto de um grande número de debates internos e existem diferenças entre uma análise e outra. Mesmo assim, há uma busca constante de alguns pontos comuns, a saber:

Em primeiro lugar, os teóricos empregam uma série característica de pressupostos comportamentais, pois postulam que os atores pertinentes compartilham um conjunto determinado de preferências ou de gostos e se comportam de modo utilitário para maximizar a satisfação de suas preferências, com frequência baseada em um alto nível de estratégia, que pressupõe um número significativo de cálculos (HALL; TAYLOR, 2003).

Em segundo lugar, os teóricos da escola da Escolha Racional consideram a vida política como um conjunto de dilemas de ação coletiva, definida como situações em que os atores/indivíduos agem de modo a maximizar a satisfação das suas próprias preferências e o fazem com o risco de produzir um resultado sub-ótimo para a coletividade. Em geral, tais dilemas se produzem porque a ausência de arranjos institucionais impede cada ator de adotar uma linha de ação que seria preferível no plano coletivo. Exemplos clássicos são: o Dilema do prisioneiro, o Jogo da Galinha e a Tragédia dos bens comuns (HALL; TAYLOR, 2003).

Um terceiro ponto é que os teóricos dão ênfase ao papel da interação estratégica na determinação das situações políticas. Suas explicações partem da seguinte premissa: (1) é admissível que o comportamento de um ator é determinado não por forças históricas impessoais, mas por um cálculo estratégico e, (2) esse cálculo é intensamente influenciado pelas expectativas do ator relativas ao comportamento provável dos outros atores. As instituições estruturam essa interação ao influenciarem a possibilidade e a sequência de alternativas na agenda ou ao oferecerem informações e mecanismos de adoção que reduzem a incerteza no tocante ao comportamento dos outros e simultaneamente aos mecanismos que propiciam aos atores “ganhos de troca”, o que os incentivará a se dirigirem a certos cálculos ou ações precisas. Isso significa dizer que se trata de um enfoque “calculador” clássico para explicar a influência das instituições sobre a ação individual.

Em quarto lugar, os institucionalistas das Escolhas Racionais desenvolveram uma abordagem própria referente à explicação da origem das instituições. De modo particular, eles utilizam a dedução para chegar a uma classificação estilizada das funções desempenhadas por uma instituição. Explicam, em seguida, a existência da instituição com referência ao valor assumido por essas funções aos olhos dos atores influenciados pela instituição. Deste modo, o processo de criação de instituições é comumente centrado na noção de acordo voluntário entre os atores interessados. Se a instituição está submetida a algum processo de seleção competitiva, ela desde logo deve sua sobrevivência ao fato de oferecer mais benefícios aos atores interessados do que às formas institucionais concorrentes (HALL; TAYLOR, 2003).

Contudo, os autores Hall e Taylor (2003) distinguem quatro elementos fundamentais que caracterizam o novo institucionalismo da Escolha Racional:

- a) O compartilhamento dos gostos ou preferências dos atores, que buscam maximizar a satisfação destas preferências, por via do uso de cálculos e estratégias;
- b) A força da interação estratégica na determinação das situações políticas;
- c) A vida política estaria permeada de dilemas de ação coletiva, o que poderia levar a resultados sub-ótimos para a coletividade (algo que implicaria também na falta de arranjos institucionais);
- d) As instituições teriam sua origem de forma elementarmente consciente.

2.1.4 Teoria da formação de coalizão

O presente estudo sobre o processo de coalizões ou de Maiorias Parlamentares nas Assembleias Legislativas pouco tem sido explorado. Faremos uso dos estudos sobre o processo de formação de coalizão no sistema presidencialista, os quais pouco se debruçaram sobre a formação das Maiorias Parlamentares no legislativo brasileiro (Municipal, Estadual ou Federal).

Dentro de uma democracia parlamentar e presidencialista, o poder executivo é responsável pela governança perante a maioria parlamentar. Dessa forma, os espaços proponentes em que ocorre a formação de coalizões são: as arenas no executivo, a arena parlamentar e a arena extraparlamentar (STRØM; MULLER; SMITH, 2010).

A discussão das diversas abordagens teóricas sobre o processo de formação de coalizões que partem do intuitivo da teoria dos jogos cooperativos (como coalizão mínima vencedora, soluções mínimas de negociação, coalizões máximas vencedoras) inclui também as características posicionais dos partidos e dos eleitores no processo de formação ora das coligações, ora, mais tarde, das coalizões governamentais dentro da arena institucional do executivo e arena parlamentar.

Como qualquer outra discussão sobre certos modelos, o processo de formação de coalizões também passou por fases e cada uma dessas teve sua destreza. Alguns modelos teóricos lidam com as eleições (coligações) e o processo de formação de coalizões (AUSTEN-SMITH; BANKS, 1998; LUPIA; STRØM, 1995). Outros modelos sustentam o argumento de que as coalizões são formadas de modo a perceber as atitudes dos líderes partidários com vistas a manter sua posição dentro da coalizão (LUEBBERT, 1986).

As teorias iniciais da coalizão, baseadas na teoria dos jogos cooperativos, eram compostas apenas pelas partes necessárias para formar uma coalizão vencedora (majoritária). Esta teoria foi inicialmente apresentada por Von Neumann e Morgenstern (1944) e, mais tarde, utilizada na teoria da coalizão por Riker (1962), no caso desse último, ele faz uma descrição sobre as coalizões mínimas vencedoras¹. Outros modelos procuraram restringi-las ainda mais, minimizando o número de cadeiras de tal coalizão ou minimizando o número de partidos participantes (LEIERSON, 1966).

Os primeiros estudos a respeito da formação de coalizões foram sempre associados à formação de governos em sistemas políticos parlamentaristas (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006). Assim, ao longo do seu desenvolvimento, os estudos a respeito das coalizões foram sendo colocados dois grupos: primeiro, as pesquisas em relação ao processo de formação de coalizões (teoria da formação de coalizões), que tinha como principal objetivo entender os tipos de coalizões que podem existir e como são formados; segundo, havia estudos em relação à construção de comportamento depois de formadas as coalizões, onde o que se pretendia era analisar a atuação dos atores dentro da coalizão e a sua estabilidade no percurso do tempo, associadas por tipo de comportamento estratégico (demandantes, veto, etc.) ou o modelo de atuação (conservadora *versus* revolucionária) e eficácia de suas ações e da distribuição dos recursos - *pay-offs* (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006).

O primeiro estudo sistematizado, conhecido ao longo da história, pertence a William Riker (1962). Este estudo, porém foi antecedido pelo debate em relação à formação de coalizões que analisava as partes as quais seriam necessárias para formar uma coalizão vencedora (majoritária), do autor Von Neumann e Morgenstern (1944). Neste sentido, até atualidade, Riker (1962), tem sido a referência dos estudos sobre a formação das coalizões (BANERJEE; KONISHI; SÖNMEZ, 2001).

Riker (1962) desenvolve os princípios que irão nortear o tamanho da coalizão, onde existe um jogo de soma zero entre os diversos atores, considerando que o ponto de interseção entre os atores e seus participantes é a cedência recíproca, capaz de permitir a maximização dos interesses dos jogadores racionais com informações perfeitas. Assim, Riker, nos iluminou com propostas explicativas a respeito do processo de formação de coalizões, que denominou

¹ A respeito da ideia de coalizão mínima vencedora, Riker (1962) explica que “em jogos de soma-zero de n pessoas, em que concessões são permitidas, em que os jogadores são racionais e têm informações perfeitas, apenas coalizões vencedoras mínimas ocorrem”. Invertendo-se a formulação, quando a saída de um único membro da coalizão inviabiliza a capacidade de vitória desta, tem-se a “coalizão vencedora mínima”, cuja lógica deriva do fato de que os participantes tendem a evitar maior dispersão na divisão dos benefícios derivados do processo de barganha.

de coalizões vencedoras mínimas e máximas² (LAVÉR, 1974; DODD, 1976; OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006; FIGUEIREDO, 2008; OLSON, 1999).

William Riker (1962), na sua obra *The theory of political coalitions*, define a política como um jogo de soma zero, sendo a vitória um bem indivisível. As recompensas da vitória são distribuídas única e exclusivamente à coalizão vitoriosa, restando aos vencidos pura e simplesmente a derrota. Em jogos de soma-zero com n-pessoas são permitidos pactos privados entre os jogadores acerca da divisão das recompensas, sendo os atores racionais e de posse de informação perfeita, tal fato ocorre na coalizão vencedora mínima (RIKER, 1962, apud LACERDA; OLIVEIRA, 2005).

Detalhando as premissas presentes na obra de Riker, podemos perceber o raciocínio subjacente à teoria, da seguinte maneira:

- a) N pessoas indica interação de três ou mais atores, já que com apenas duas partes não faz sentido se falar de coalizão.
- b) Em um jogo de soma-zero tudo que é ganho por um ator e perdido pelo outro. Morrow (1994) provê a rigorosa definição ao dizer que um jogo é soma-zero se a soma das recompensas de todos os jogadores iguala-se a zero.
- c) As partes podem negociar entre si a distribuição das recompensas (*side-payments*), que podem ser, por exemplo, pastas governamentais.
- d) Os jogadores são racionais diante de mais de um curso de ação disponível e escolhem aquele que acreditam melhor satisfazer às suas preferências (LACERDA; OLIVEIRA, 2005).
- e) O termo informação perfeita significa que todas as partes conhecem a estrutura de recompensa do jogo e suas regras, além dos movimentos anteriores feitos pelos jogadores (STROM, 1990).
- f) Sob estas condições, argumenta Riker, apenas coalizões de vitória mínima ocorrem. Estas coalizões se caracterizam: (1) pela ausência de participantes desnecessários à obtenção da vitória e; (2) pelo fato de que a saída de qualquer membro da coalizão elimina sua condição de vitória.

² Riker (1961) argumentou que as coalizões vencedoras mínimas são a melhor estratégia de políticos que querem maximizar os seus espaços no escritório e as coalizões máximas vencedoras são as que formam uma coalizão vencedora (majoritária). Em linhas gerais, as recompensas da vitória são distribuídas única e exclusivamente à coalizão vitoriosa, restando aos derrotados a pura e a simples condição da derrota (LAVÉR, 1974; DODD, 1976; OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006).

Elster (1994) relembra que uma ação, para que seja considerada racional, requer três decisões ótimas da parte do agente: primeiro, deve ser o melhor modo de realizar o desejo de uma pessoa, dadas suas crenças, além disso, essas crenças devem ser elas mesmas ótimas, dadas as evidências disponíveis à pessoa e, finalmente, a pessoa deve reunir uma quantidade ótima de evidências – nem mais nem de menos. Essa quantidade de evidências depende tanto de seus desejos – da importância que atribui à decisão – como de suas crenças relativas aos custos e benefícios de reunir mais informação (ELSTER, 1994 apud LACERDA; OLIVEIRA, 2005).

Em continuidade ao debate da formação de coalizão, na mesma época em que Riker desenvolve suas abordagens, Gamson (1961) sugere que os atores normalmente tendem a evitar participantes excessivos nas suas coalizões. O autor explica que no processo de formação de coalizões os participantes levam em conta as preferências estratégicas não utilitárias, que se relacionam com as afinidades ideológicas e preferências políticas (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006). Isto porque, segundo Gamson (1961), o custo de formação de coalizões com ideologia coesa é menor e o *pay-off* aos participantes é maior.

Segundo Hinckley (1979) existem 4 grupos que formam e dinamizam as coalizões: o grupo 1, de atributos dos atores membros da coalizão; o grupo 2, de recursos distributivos iniciais; o grupo 3, de condições e regras do jogo e; o grupo 4, de padrões e comportamentos dos atores dentro da coalizão.

Na arena institucional (executivo e legislativo) ocorre a formação da coalizão, as posições políticas dos partidos que participam podem afetar o processo de formação de coalizões (TSEBELIS, 1998). Laver e Schofield (1990), entretanto, propõem que a teoria de formação da coalizão peca por negligenciar este fato, pois perde a atenção das razões pelas quais as posições políticas dos partidos importam.

Assim, de acordo com Armstrong e Duch (2010) um número de estudiosos (KEDAR, 2005; ADAMS; MERRILL; GROFMAN, 2005; DUCH; STEVENSON, 2008) argumentam que, em certas situações, a formação das coalizões governamentais são moldadas pela antecipação dos eleitores na composição ideológica dentro das coligações suscetíveis de serem formadas antes e durante uma eleição. O argumento pressupõe que os eleitores usam informação histórica sobre os padrões de participação do partido em governos de coalizão para formar teorias sobre quais são os partidos suscetíveis de entrar em um governo de coalizão após as eleições.

Armstrong e Duch (2010) consideram que nas negociações das elites, após o processo eleitoral, deve haver um reconhecimento crescente do comportamento político dos

atores envolvidos (partidos e eleitores) de forma comparativa, para explicar a ideia de que o voto é um cálculo estratégico racional em contexto de coalizões nos governos multipartidários, não apenas se debruçando aos partidos e a sua proximidade ideológica com o eleitor, mas também aos resultados das políticas governamentais que são a equação da negociação entre elites partidárias após a eleição (KEDAR, 2005; LAVER; BUDGE, 1993; BUDGE; ROBERTSON; HEARL, 1987; HUBER; INGLEHART, 1995; KNUTSEN, 1998; ADAMS; MERRILL; GROFMAN, 2005) que determinam a votação legislativa (POOLE; ROSENTHAL, 1997) e as prioridades dos gastos governamentais *disponíveis* (BLAIS; BLAKE; DION, 1993, grifo do autor) e que afetarão os resultados da formação da coalizão (WARWICK, 1992).

A teoria racional de Downs tem sido explorada para explicar as dinâmicas da formação e funcionamento das coalizões em contextos democráticos. Nos anos 50 do século XX, Downs (1957) trabalhou um modelo teórico de funcionamento da competição política como um mercado competitivo e, conforme o autor, tanto os eleitores, quanto os partidos estariam numa condição de cliente e produto do ponto de vista da economia, respectivamente.

Downs (1957) observa que um dos fatores que complica a decisão do eleitor é o contexto político, cuja formação do governo é por meio de coalizão. Downs (1957) tem sido uma alavanca fundamental para analisar de forma otimista, a capacidade do eleitor mediano em realizar estes cálculos estratégicos. Em contexto de coalizão, as coligações formadas antes do processo eleitoral, são resultantes da barganha entre as partes sobre as políticas a serem promulgadas pelo governo após as eleições (AUSTEN-SMITH; BANKS, 1988; PERSSON; TABELLINI, 2000). Os resultados das políticas em um governo de coalizão refletem as preferências políticas dos partidos que formam a mesma coalizão de governo considerando os seus assentos legislativos (BLAIS; INDRIDASON, 2007; DUCH; STEVESON, 2008; SCHOFIELD; LAVER, 1985).

Em sistemas multipartidários com governo de coalizão, Austen-Smith e Banks (1988) argumentam que a votação ideológica sincera não é racional. Os autores sugerem que a ligação entre a ideologia e voto é condicionada pelos eleitores racionais ao exercerem uma escolha estratégica. Isto porque os eleitores, de alguma forma, fazem com que os partidos antecipem as negociações no processo de formação de prováveis coalizões governamentais que vão ocorrer após a eleição e isso vai condicionar as escolhas estratégicas dos atores envolvidos, a fim de maximizar a probabilidade de que uma coalizão formada dentro de governo multipartidário represente melhor suas preferências políticas. Este argumento sugere

que os eleitores estão razoavelmente bem informados sobre os resultados da formação de coalizão pós-eleitorais.

A partir de uma análise que procurava medir o número efetivo de partidos dentro da coalizão, Kedar (2005) explica que compreender a complexidade da formação de coalizões resulta da análise dos partidos efetivos existentes em cada democracia, do sistema político e eleitoral e da capacidade dos eleitores anteciparem os eventos resultantes de uma eleição. Com isso, uma variável importante deve ser considerada, que é a probabilidade de reeleição dos partidos integrantes na coalizão.

Uma das características que define contextos de governo de coalizão é que os resultados eleitorais afetam, certamente, as negociações de coalizão após as eleições, caracterizando, assim, determinantes para entrada na coalizão de governo.

Entretanto, os eleitores desse modelo utilizam informações históricas, a respeito da participação da coligação no governo a ser formado pós-eleição, para estabelecer as probabilidades de que as partes irão participar no governo depois de uma eleição. As reivindicações que fazemos nesta teoria da formação de coalizão, por meio da antecipação aos eleitores, supõem que certa regularidade no processo de formação de coalizão se registra com o eleitor, o qual usa esta informação para avaliar os padrões de formação de coalizão após uma eleição.

Maravall (2010), em seu estudo, explica que o atributo institucional dos sistemas de partidos ou de coligações serve para explicar a duração de uma coalizão. Isso porque, segundo o autor, é estratégia da coalizão a existência de um domínio particularmente restrito de políticos, onde os eleitores tem menor influência se comparado aos governos de partido único. Banerjee, Konishi e Sönmez (2001) lembram que existem quatro argumentos pelos quais os eleitores podem exercer menor influência sobre o destino político dos governantes quando os governos são formados por coalizões. Abaixo são descritos brevemente estes argumentos.

- a) O primeiro salienta que os eleitores enfrentam maiores dificuldades em atribuir a responsabilidade de mudanças no seu bem-estar. Governos de coalizão tem sido um exemplo de tentativa de reiterar a abordagem institucional sobre o voto econômico e das limitações no "índice de clareza" que Powell e Whitten (1993) usaram para examinar a votação em 19 países industriais, entre 1969 e 1988. Os estudos empíricos têm, frequentemente, concluído que recompensas e punições, em época de eleição, dependem muito pouco das mudanças no bem-estar dos cidadãos quando os governos são formados por várias partes (LEWIS-BECK,

1986; 1988; POWELL; WHITTEN, 1993; MERSHON, 2002; ANDERSON, 2000; STROM et al, 2003 apud MARAVALL, 2010).

- b) O segundo argumento parte do pressuposto de que quando os governos são formados por coalizões, os partidos e políticos podem sobreviver no escritório com relativa autonomia, ao mesmo tempo em que há uma relativa evolução de seus votos.
- c) O terceiro argumento sustenta que governos de coalizão são muitas vezes apoiados por uma fatia maior do eleitorado, dentro da qual existe pouca volatilidade eleitoral. As partes podem confiar em seus eleitores encapsulados e se abster de ampliar o seu apoio ao custo de outros concorrentes (SCHOFIELD, 2002). Além disso, Lijphart (1999) explica que o sistema de representação proporcional estimula a participação eleitoral, do mesmo modo que aumenta a presença de mulheres nos governos e parlamentos, havendo uma correspondência efetiva entre governantes e governados, bem como conseguindo promover a satisfação da democracia entre os cidadãos.
- d) O quarto argumento mostra que o governo de coalizão acomoda as diferenças políticas, descansa sobre as negociações e pactos, promove programas mais moderados, desfruta de apoio eleitoral mais amplo e está mais próximo do eleitor mediano (HUBER; POWELL, 1994; POWELL, 2000 apud MARAVALL, 2010).

Um modelo dinâmico de formação de coalizões endógeno foi apresentado por Arnold e Schwalbe (2002) assumindo que os participantes de cada coalizão são racionais e que, em cada espaço de tempo, um jogador decide qual das coalizões existentes ele pode participar, deste modo, exige-se também uma recompensa. Assim, a formação de coalizões sobre como dividir o excedente dentro de cada um dos governos de coalizão é determinada pelos arranjos institucionais (ARNOLD; SCHWALBE, 2002).

Um modelo de formação de coalizão endógeno em um contexto dinâmico foi sugerido por Packel (1981), que explora o conjunto de resultados, ou seja, a recompensa. Dada a desejabilidade individual sobre todos os resultados, a probabilidade de transição de um estado para outro é proporcional ao número de coalizões mínimas vencedoras que o ator estiver integrado.

Liao et al (2014) propõem um novo método de formação de coalizão que é dirigido por benefícios dos atores individualmente. Isto é, tanto a divisão de recompensa entre os atores e as estruturas de coligação, levadas e trazidas à mesa de *soluções mínimas de*

negociação, induzem ao método de que a formação de coalizões, na teoria dos jogos cooperativos, é um passo importante que pode ajudar a melhorar o bem-estar social e os interesses dos atores individualmente em dois tipos importantes de sistemas de apoio à tomada de decisão, nomeadamente: sistemas de apoio de grupo e sistemas de apoio negociação (ARNOTT; PERVAN, 2005).

A ligação entre os dois conceitos – coalizão (função característica) e regras institucionais (o núcleo) é um processo de negociação que implica o dever de existir uma determinada divisão do *pay off dos integrantes da coalizão*. Para Agastya (1999) e Wooders (1999), a estrutura da formação de coalizão é diferente em cada período e é determinada endogenamente, o que nos permite estudar como os atores dentro das coalizões evoluem com o tempo, aumentando sua capacidade de destreza e expertise. O processo de formação de coalizões é sempre um grande desafio, dado os conflitos estratégicos entre os principais atores na tomada de decisão ou de processos de negociação dentro de uma ampla variedade de cenários políticos, econômicos e sociais (LIAO et al, 2014; KILGOUR et al, 2001). Assim, a formação de coalizão envolve três atividades principais: a geração de estrutura de coalizão, o cálculo estratégico e a recompensa dividida entre os membros.

2.1.5 Presidencialismo de coalizão no Brasil: algumas considerações

A leitura sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil foi, de forma pioneira, debatida por Sérgio Abranches (1988) que caracterizou o sistema político brasileiro como presidencialismo de coalizão. Abranches (1988) definiu, assim, o processo de constituição do pacto de governo em três momentos distintos. O primeiro momento se refere a negociações “programáticas mínimas” gerais para a formação de uma aliança eleitoral, ou seja, o da “constituição da aliança eleitoral”, que diz respeito à elaboração de um programa e princípios mínimos para a composição de uma aliança. O segundo momento se refere à constituição do governo, com distribuições de cargos e afirmação de compromissos em torno de um “programa mínimo” e genérico de governo. Por fim, em um terceiro momento ocorre “a transformação da aliança em coalizão efetivamente governamental, quando surge, com toda força, o problema da formulação da agenda ideal de políticas (positivas e substantivas) e das condições de sua implementação” (ABRANCHES, 1988, p. 27-28).

Um elemento a salientar neste contexto é o fato do autor procurar sintetizar a especificidade do sistema político brasileiro, que combina não somente a representação proporcional, o multipartidarismo e o presidencialismo “imperial”, como também a

organização do Executivo com base em grandes coalizões político-partidárias e regionais (ABRANCHES, 1988 apud RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009). Em função desta capacidade de combinar diversas especificidades, muitas vezes problematizadas umas com as outras, que o regime político-institucional brasileiro é considerado de um “presidencialismo de coalizão”.

O estado da arte sobre o presidencialismo de coalizão no Brasil atingiu o consenso da ideia de que o partido do presidente, caso seja minoritário no legislativo, deverá buscar mecanismos de formação de coalizão capazes de maximizar a governabilidade (AMES, 2001; AMORIM NETO, 1995; FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; MAINWARING, 1997; 2001; SANTOS, 2003 apud RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009). Divergências surgem nas análises a respeito dos efeitos das coalizões sobre a governabilidade e os processos de elaboração e implementação de políticas públicas. De um lado, temos uma linha analítica, que explica que as motivações dos parlamentares brasileiros são fortemente influenciadas pelas regras da arena eleitoral. Esta estrutura argumentativa se apoia na proposição de que o sistema proporcional de lista aberta no Brasil, incentiva os deputados a agirem de forma individualista, na produção de políticas de caráter clientelista, tornando o processo decisório altamente fragmentado (MAINWARING, 1991; LAMOUNIER, 1991; AMES, 2003 apud RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009). Por outro lado, há uma linha argumentativa demonstrando que as motivações do comportamento dos parlamentares são endógenas ao processo legislativo (FIGUEIREDO; LIMONGI, 1999; SANTOS, 2003 apud RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009), caracterizado pela centralização do processo decisório legislativo nos líderes partidários, o que assegura um comportamento marcado por uma orientação partidária na Câmara dos Deputados. Assim, não apenas a governabilidade é assegurada, mas também é garantida a capacidade do governo em implementar suas prioridades políticas (RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009)

Estudos sobre a relação executivo-legislativo nos sistemas parlamentaristas apontam para uma grande diversidade de regras de tomada de decisão no interior do gabinete (LAVER; SHEPSLE, 1996; LAVER; SCHOFIELD, 1990). Tais estudos se preocuparam, notadamente, em formular argumentos sobre o impacto de determinados atores na produção de políticas, baseando-se na premissa de que o peso relativo de cada ator (o primeiro-ministro, os partidos da coalizão de governo, os ministros, a burocracia pública) influencia fortemente os processos de tomada de decisão.

De todo modo, são raros os estudos que podem ser encontrados em sistemas presidencialistas que abordem o processo de tomada de decisão *dentro do poder executivo*. A

origem desta negligência talvez advenha da sobrevalorização de um critério utilizado para diferenciar o sistema presidencialista do parlamentarista, qualquer que seja o poder discricionário facultado ao presidente eleito diretamente para compor os ministérios. Diferentemente do previsto pelos analistas, a formação de coalizão em sistemas presidencialistas é a norma e não a exceção (DEHEZA, 1998; CHAQUESTTI, 2001; ANASTASIA; MELO; SANTOS, 2004; AMORIM, 2006 apud RIBEIRO; PEIXOTE; BURLAMAQUI, 2009).

Se o presidente tem interesses em formar coalizões, e assim o faz, quais seriam os interesses para os partidos integrarem o executivo? Segundo alguns autores, este seria o ponto nevrálgico da fragilidade institucional do sistema presidencialista, pois, para estes autores, os partidos seriam predominantemente *office seeking* - gabinetes para assistir (MAINWARING, 2001).

3 PARTIDOS E SISTEMAS PARTIDÁRIO: DA TEORIA À EMPÍRIA

3.1 Estrutura do sistema partidário: contexto do estudo

O debate sobre o sistema partidário sempre foi associado a dois elementos: de um lado, a estrutura institucional como sua determinante, isto é, o sistema eleitoral; de outro lado, o funcionamento dos partidos políticos e como a estruturação do voto e comportamento político como outra determinante do sistema partidário. Outros Dois elementos também devem ser considerados para retomar o debate dos sistemas partidários. Primeiramente, deve-se pensar o sistema partidário considerando as nuances sociais, tais como: a dimensão socioeconômica, esquerda *versus* direita, religiosa, étnico *versus* cultural, urbano *versus* rural; apoio do regime, política externa ou post materialismo (MAIR, 1996; DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2000; DUVERGER, 1970; SARTORI, 1982). Em um segundo ponto, as instituições políticas, enquanto regras de convivência, *modus vivendi* e operandi dos atores políticos, podem determinar a estrutura do sistema partidário, conforme indicado por vários autores (KUMLIN; ROTHSTEIN, 2005; KORPI, 1983; STEINMO; THELEN, 1992; PONTUSSON, 1995; GOODIN, 1996; STINCHCOMBE, 1968).

Deste modo, o debate sobre o sistema partidário, como enfatiza Tavares (1994, p. 287), é uma dimensão envolvente e complexa do sistema político e o seu perfil resulta da associação única para cada caso contextual de quatro conjuntos forte de fenômenos, a saber:

[...] 1-a organização interna dos partidos, incluindo as relações entre elites dirigentes, quadros, membros aderentes, eleitores e massas; 2- as relações entre as diferentes forças e tendências ou projetos, bem como entre clivagens sócio-políticas relevantes, em que se divide a sociedade, e os partidos; 3- a natureza da competição eleitoral e parlamentar entre os partidos; e finalmente 4- as relações entre os partidos quanto à sua participação relativa de cada um no mercado eleitoral e no exercício da representação política e do governo [...].

Os três últimos fenômenos são, em maior ou menor grau, afetados pela diferenciação da sociedade e pela cultura política, que inclui percepções, valores e atitudes que se situam no pragmatismo e na política ideologicamente polarizada pelo número de partidos e pelo sistema eleitoral. A construção do argumento vai basear-se na ideia de que o sistema partidário está ancorado pelas categorias e efeitos do sistema eleitoral. Neste desenho, seria impossível uma separação total do debate do sistema partidário, excluindo-se o sistema eleitoral. Assim, o ponto principal deste estudodebruça-se sobre a ligação entre sistema eleitoral e o sistema

partidário, além disso, este debate deve estar ancorado a partir das leis comumente chamadas de Duverger.

Em 1951, no seu escrito sobre partidos políticos, o autor define continuamente a partir das suas conclusões em três fórmulas e caracteriza a partir de então tendências e esquemas. Duverger modifica a sua segunda fórmula, que inicialmente buscava demonstrar a tendência de surgirem partidos independentes, mas que posteriormente passa a ideia do surgimento de partidos dependentes, embora relativamente estáveis. Assim, as acepções foram reformuladas da seguinte maneira:

[...] 1º a representação proporcional tende a um sistema de partidos múltiplos, rígidos, independentes e estáveis; 2º o escrutínio majoritário de dois turnos tende a um sistema de partidos múltiplos, flexíveis, dependentes e relativamente estáveis [...] e 3º a escrutínio majoritário de um único turno, tende a um sistema dualista, com tendências dos grandes partidos independentes (DUVERGER, 1959, p. 230-231).

Nicolau (2004) explicita que os sistemas eleitorais produzem efeitos mecânicos psicológicos, que seriam essencialmente: a tendência dos sistemas eleitorais disponibilizarem um bônus aos partidos mais votados e sub-representarem os partidos menos votados. O efeito psicológico ocorre na medida em que o sistema eleitoral afeta a maneira como os eleitores e dirigentes partidários fazem suas escolhas. O número de partidos depende dos efeitos mecânicos e psicológicos. A influência do sistema eleitoral no sistema partidário deve ser ancorada em dois níveis: ao nível dos partidos, de alguma forma facilitando ou não o surgimento de novos partidos e até consolidando o status quo da existência e funcionalidade dos sistemas partidários; ao nível do eleitor, que Sartori, chama de efeitos restritivos. A preocupação é com os efeitos nos partidos políticos, que têm a alcunha de efeito redutivo, pelo fato do seu número ou ser reduzido ou pelo fato do sistema eleitoral tornar-se ineficaz (SARTORI, 1982, p. 46).

Especificamente, pelo objeto de estudo e olhando as tipologias de sistemas partidários, optou-se metodologicamente em dar maior destaque aos sistemas partidários pluralistas competitivos e não competitivos (SARTORI, 1982), ou monistas competitivos e não competitivos (TAVARES, 1994). Entre os sistemas partidários não competitivos é necessário distinguir os de partido único, de partido hegemônico e de partido predominante. Nos regimes unipartidários o poder é monopolizado por um partido apenas, no sentido de que nenhum outro partido pode existir (SARTORI, 1982).

Dando continuidade à discussão, é importante tratarmos dos sistemas partidários (quase) competitivos e (quase) pluralistas, sistemas de partido hegemônico, dando ainda um salto para o sistema de partido predominante (expressão de SARTORI, 1982) ou dominante (TAVARES, 1994), este último representa uma configuração de poder na qual um partido governa sozinho e sem estar sujeito à alternância no poder, enquanto continua a conquistar eleitoralmente uma maioria absoluta. Ao longo de um determinado período de tempo, um único partido tem condições de conquistar, sozinho, a maioria absoluta da representação parlamentar, embora não necessariamente os votos e o governo. Assim, concebe-se um partido como dominante a partir de duas situações: primeiro aquele que não necessita dos votos de nenhum outro partido, nas eleições parlamentares, para ocupar e exercer a governabilidade e, em segundo, quando nenhum dos demais partidos possui potencial de governo ou coalizão, como observou e ilustrou Charlot (1982, p. 200):

[...] por uma espécie de paradoxo, o partido dominante adquire e protege sua posição hegemônica à multiplicidade, ao esfacelamento de seus adversários, contrariamente ao partido único, que estabelece o seu monopólio com repressão e a interdição das outras formações políticas [...].

Considerarmos importante a análise dos sistemas partidários do ponto de vista da divisão do campo da competição política e eleitoral em pólos de dominância, algo que vem se vislumbrando de eleição a eleição no Brasil. A característica básica destes sistemas partidários é a tendência da existência efetiva de dois pólos por um lado, o bipartidarismo e o pluripartidarismo, e por outro lado, o sistema de dois partidos e meio. O que molda estas tipologias é a identidade da representação dos partidos, a coerência, a coesão, a solidez, a estabilidade governamental, a duração média e a alternância dos governos, a integração e o consenso político (TAVARES, 1994, p. 190).

A rigor, o sistema bipartidário é aquele explicado sumariamente pela existência de dois partidos que competem por uma maioria absoluta, a qual está ao alcance dos ambos. Continuamente, um sistema bipartidário é aquele onde, independente do número de partidos existentes, apenas em dois partidos a força eleitoral se distribuirá com equilíbrio simétrico estável, contando com probabilidades efetivas de conquistarem, eleitoralmente, o governo; cada um sozinho, sem o concurso de qualquer outro partido (SARTORI, 1982; BLONDEL; COTTA, 1996; WARE, 1996). Para Lipson, um sistema só é efetivamente bipartidário, se cumpre três condições:

[...] 1º não mais do que dois partidos, em um determinado momento, têm uma probabilidade autêntica de conquistar o poder; 2º um desses partidos está apto a conquistar a maioria requerida para manter-se no poder sem precisar do auxílio de um terceiro partido; 3º Durante sucessivas décadas, só dois partidos se alternam no poder [...] (LIPSON, 1953 apud TAVARES, 1994, p. 291).

Partindo das explicações acima, o que caracteriza o bipartidarismo é o *duopólio partidário*, com uma efetiva alternância no governo, mantendo o equilíbrio e harmonia quanto à força eleitoral entre os dois maiores partidos, bem como o consenso básico, sólido, acerca dos valores e de regras políticas e a competição orientada para o centro ideológico do sistema. Recapitulando algumas colocações, Sartori (1996b) explicou que o bipartidarismo é um sistema no qual:

[...] 1º ao longo do tempo, dois partidos ultrapassam reiterada e amplamente os demais, de tal modo que, 2º cada um dos dois se encontra em posição de competir pela maioria absoluta das cadeiras legislativas e pode razoavelmente esperar a alternância no poder; 3º e cada um dos dois governa, quando assume o governo, sozinho [...] (SARTORI, 1982, p. 216).

Rae (1967) trouxe uma explicação quantitativa do conceito de bipartidarismo, referindo-se, este conceito, ao primeiro partido que consegue obter valor igual ou acima de 70% das cadeiras legislativas e os dois primários partidos que tem pelo menos 90% das cadeiras.

Sobre o sistema pluripartidário, ou multipartidário, este deve ter ao menos três características: 1º nenhum partido tem a probabilidade de alcançar, ou pelo menos manter, uma maioria absoluta; 2º a força ou debilidade relativa dos partidos pode ser classificada de acordo com sua respectiva disponibilidade ou não para uma coalização e; 3º a força ou debilidade do partido pode ser classificada de acordo com o seu potencial final de intimidação ou chantagem. O pluralismo limitado ou moderado compreende então três a cinco partidos relevantes, isto quando se trata do pluralismo limitado; pode compreender seis a oito partidos relevantes, nos sistemas partidários do pluralismo extremado; e vários partidos, mas sem influência de um ao outro no caso de um sistema partidário atomizado³. É importante realizar ainda a análise sobre a geografia do voto, a fim de sustentar as colocações e os desdobramentos do sistema eleitoral e do sistema partidário dentro de um contexto de democracia eleitoral (FIGUEIREDO, 2008), ostentado por regras, normas e princípios institucionais.

³ Partido relevante na definição de Sartori (1982, p. 156) é aquele que permanece após a exclusão de partidos aos quais lhes falta o potencial para coalizão. Neste sentido, têm-se duas características: a capacidade de chantagem e o potencial de coalizão e veto.

3.2 Partidos políticos e seu funcionamento dentro do sistema partidário

Segundo vários autores (PAIVA; BRAGA; PIMENTEL, 2007; WEBB, 2002; DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2000), a estrutura do campo político e da competição eleitoral é um dos indicadores primordiais dos partidos políticos em democracias concebidas como representativas, isto porque é a atividade que confere maior visualização e carrega consigo o papel essencial na relação entre os eleitores e o sistema político como um todo, dada a sua dimensão e possibilidade de recrutar para diferentes funções e oferecer aos cidadãos uma integração prática ou simbólica nos diferentes canais da governabilidade.

Historicamente, foi desenvolvido um esquema por partidos políticos e sua funcionalidade no governo responsável x sensível, que passamos a redesenhar aqui a partir, primeiramente, do debate sobre os partidos políticos e sua funcionalidade, remontando-nos a Ostrogorski (1902) e Michels (1915), autores considerados, até então, os clássicos nos estudos dos partidos políticos⁴. De alguma forma, pensava-se que havia uma relação direta entre Governo responsável x direito ao voto, o que fez surgir partido no eleitorado, com uma preocupação no engajamento nos votos. Aqui entra a segunda dimensão, que é o partido no parlamento, esta última dimensão levou ao governo sensível, que se atrela ao governo partidário na sua relação com a solidificação partidária (SARTORI, 1982).

De modo convencional, os partidos políticos desempenham algumas funções (STRØM, 2000; KATZ; MAIR, 1994; WEBB, 2002; SCARROW, 2000; FARREL; WEBB, 2000; DIAMON; GUNTHER, 2001), as quais são subcategorias organizadas em três níveis: os Partidos Políticos no Eleitorado (considerando os partidos como um conjunto de eleitores, membros e ativistas); Partido como Organização Partidária (o partido como uma organização extraparlamentar projetada, para contestar ou participar de eleições) e o Partido no Governo (partido aqui têm a dimensão de organização de funcionários públicos).

Como forma de consubstanciar estes três pontos, que permitem a existência dos partidos políticos em tempos modernos, é necessário associá-los a quatro pontos principais que alguns autores elencaram (DALTON; MCALLISTER; WATTENBERG, 2000; WEBB, 1995; WEBB; FARRELL; HOLLIDAY, 2002; HELD, 1996; SCARROW, 1996; COCKETT, 1994; MILLER; WATTENBERG; MALANCHUK, 1986).

⁴ Não há intenção de excluir os outros teóricos que abordaram a problemática dos partidos políticos e sua funcionalidade, tais como Voltaire, Bolingbroke, Hume e Burke.

- a) Governança e Recrutamento Político: deve-se pensar na dimensão entre indicação ao governo e recrutamento. Deve-se pensar, do mesmo modo, o cinismo dos eleitores sobre o impacto dos partidos no governo, repensando a dimensão pessoal do governo e o processo de recrutamento;
- b) Articulação de Interesse e Agregação: requer que os partidos atuem como mecanismos de ligação entre representantes, a sociedade e o estado. Do mesmo modo, Articulação sugere a ideia do papel desempenhado pelos partidos e outras instituições em expressar e buscar as demandas políticas e Agregação refere-se ao processo relacionado ao momento cujos partidos agrupam as exigências de vários grupos sociais.
- c) Comunicação Política ou Educação Política: remete-se à ideia de dependência das formas não partidárias dos meios de informação e comunicação política (DUNLEAVY; HUSBANDS, 1985) e ajuda a informar e educar cidadãos sobre assuntos públicos e políticos, isto é, os partidos desempenham a dimensão de educação política;
- d) Participação Política: relaciona-se ou sobrepõe-se ao recrutamento (ALMOND; VERBA, 1989) e permite assegurar cargos eletivos públicos. O que interessa também neste ponto é a qualidade dos partidos na promoção da participação e mobilização política (filiação partidária, recursos organizacionais e ativismos dos membros dos partidos).

Estudos recentes evidenciam que os partidos políticos, enquanto elementos essenciais do funcionamento do sistema político estão passando por um conjunto de transformações desde a década de 1960. Várias foram as razões para estas transformações, resumidamente, destacamos o pêndulo ideológico, recrutamento eleitoral, participação política, apoio popular e fortalecimento ideológico. Os partidos, entretanto, não se reformularam em termos de coerência política (GREEN, 2002). Evidenciam-se duas perspectivas para analisar a funcionalidade dos partidos políticos na contemporaneidade. De um lado, há os declinastes, com autores como Wattenberg (1991), Ware (1996) e Crotly e Jacobson (1980), sustentando a ideia de que o partido como organização, desapareceu e perdeu a sua utilidade. Um exemplo são os partidos Urbanos, que desapareceram e levaram consigo os seus quadros e trabalhadores (WARE, 1996). Assim, a eleição tornou-se mais centralizada ao candidato e muito menos ao partido, as campanhas ficaram cada vez mais independentes de desorganizações partidárias, as mídias e comunicação política

desempenharam algumas funções tradicionais dos partidos políticos, como da educação política e grupos de interesse cresceram. De outro lado, temos a tese dos revivalistas, os expoentes teóricos são Fisher (1978), Frantzich (1989) e Pettersen (1989). Aqui se sustenta a ideia de que as principais organizações partidárias foram graças ao pós 2ª Guerra, mas nos anos 1980, os partidos tinham conseguido recursos para seu autossustento e funcionamento. Os partidos começaram se adaptando aos desafios da centralização dos candidatos, maior tendência de coerência ideológica, conforme Aldrich (1995), o que prova que alguns partidos estão funcionando bem. De modo geral, estas duas teses enfatizam a importância dos partidos políticos para o funcionamento do sistema democrático, sejam eles em processo de adaptabilidade ou no processo de declínio.

3.3 O sistema eleitoral diante da alta fragmentação partidária parlamentar

Rodrigues (2014) explica que a fragmentação e crise de representação política devem ser associadas a um conjunto de observâncias e convergências que explicam estes pontos como pilares da democracia no Brasil. Do mesmo modo, as agremiações foram pensadas como um instrumento essencial para lidar com as necessidades da própria população, isto é, como sustenta Ferreira Filho (2001), em qualquer sistema democrático não se pode falar em eleição sem falar em partidos políticos, aliás esta tese já foi evidenciada por Aldrich (1995) e outros.

Rodrigues (2014), citando Silva (1999), sustenta que os partidos políticos deveriam assumir um papel importante no exercício da representação. Ao mesmo tempo a realidade política e social do Brasil não parece se comportar de maneira adequada aos posicionamentos, tanto teóricos como empíricos, acerca dos sistemas partidários. Este quadro leva à inoperatividade das agremiações políticas e, associado à crise da representação autêntica, leva também a desafios da governabilidade, dentre outros, como indica Bernard Manin (1997; SILVA, 1999; BARROSO, 2010).

Rodrigues (2014) explica que no contexto Brasileiro fala-se do “hiperpartidarismo”, situação em que se simboliza o estágio alcançado pelo sistema partidário brasileiro, isto é, que ultrapassa as barreiras do que seria um multipartidarismo ou uma simples fragmentação partidária. No dizer do autor, trata-se de uma pulverização, onde partidos são criados sem possuir programas partidários com ideologias definidas e nenhum compromisso com a representação de seus eleitores. Assim, subentende-se que os partidos são como corpos sem alma, nas palavras de Manoel Gonçalves Ferreira Filho, citado pelo autor.

Entende-se que a fragmentação partidária brasileira não espelha uma fragmentação social, como indica Silva (1999), pois não reflete verdadeiramente os contrastes do mosaico social existente. Subentende-se que as agremiações parecem não ter representatividade, o mínimo de um autêntico lastro social que justifique o acesso às cadeiras no Parlamento (BONAVIDES, 2005; SILVA, 1999).

Categoricamente, existem, no Brasil, 32 (trinta e dois) partidos distintos, conforme divulgado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), quais sejam: PMDB; PTB; PDT; PT; DEM; PCdoB; PSB; PSDB; PTC; PSC; PMN; PRP; PPS; PV; PTdoB; PP; PSTU; PCB; PRTB; PHS; PSDC; PCO; PTN; PSL; PRB; PSOL; PR; PSD; PPL; PEN; PROS; e SD⁵. Das 32 (trinta e duas) legendas, pode-se considerar que muitas não são dotadas de expressividade, contudo, só esse fato não desvirtua a ideia do hiperpartidarismo, diante da existência de diversos partidos “medianos” e da grande quantidade de pequenos partidos.

No ano de 2014, foi realizado o sétimo ciclo eleitoral, em termos de eleições gerais nacionais para Presidente da República, senadores e deputados parlamentares. Isto significou cada vez mais a institucionalização da competição política e eleitoral, ao mesmo tempo em que o Brasil chegava a um ciclo considerado pelos teóricos como suficiente para falar em estruturação das vontades políticas, institucionalização do sistema partidário, institucionalização dos partidos, bem como enraizamento das eleições enquanto único jogo legal para acender ao poder.

Desde a redemocratização, com a promulgação da Constituição Brasileira de 1988, notabilizou-se, entre outros elementos, a competição livre dos (n) partidos de abrangência nacional (NICOLAU, 1994), que poderiam concorrer em pé de igualdade para a presidência ou representação no congresso ou senado. Entretanto, do ponto de vista da origem do sistema partidário brasileiro, os principais partidos organizam a competição política e eleitoral há mais de 29 anos, o que significa que o país já tem algum tipo de experiência, sendo esta a mais longa da história política do País (BRAGA, 2010; BRAGA, 2006).

⁵ PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro); PTB (Partido Trabalhista Brasileiro); PDT (Partido Democrático Trabalhista); PT (Partido dos Trabalhadores); DEM (Democratas); PCdoB (Partido Comunista do Brasil); PSB (Partido Socialista do Brasil); PSDB (Partido da Social Democracia do Brasil); PTC (Partido Trabalhista Cristão); PSC (Partido Social Cristão); PMN (Partido da Mobilização Nacional); PRP (Partido Republicano Progressista); PPS (Partido Popular Socialista); PV (Partido Verde); PTdoB (Partido Trabalhista do Brasil); PP (Partido Progressista); PSTU (Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados); PCB (Partido Comunista do Brasil); PRTB (Partido Renovador Trabalhista Brasileiro); PHS (Partido Humanista da Solidariedade); PSDC (Partido Social Democrata Cristão); PCO (Partido Comunista da Causa Operária); PTN (Partido Trabalhista Nacional); PSL (Partido Social Liberal); PRB (Partido Republicano Brasileiro); PSOL (Partido Socialismo e Liberdade); PR (Partido da República); PSD (Partido Social Democrático); PPL (Partido da Pátria Livre); PEN (Partido Ecológico Nacional); PROS (Partido Republicano da Ordem Social); e SD (Solidariedade).

Historicamente, entre 1979 a 1980, os partidos PT, PDT e PTB foram criados. Do mesmo modo, o PMDB e o PDS/PP sofreram um processo de reorganização, atendendo as novas exigências da reforma partidária de 1979 (BRAGA, 2006; NICOLAU, 1994). Assim também, o PFL, atualmente conhecido como DEM, foi fundado no período das eleições indiretas para a Presidência da República, em 1985. Já em 1987, ainda no processo de debates Constitucionais, houve dissidência no PMDB, levando à criação do PSDB (BRAGA, 2010). A autora continua explicitando que alguns partidos com alguma relevância surgem em meados de 1980, destacando o PSB, PL, PR, PCB/PPS, PC do B e PV. Foi a partir do final da década de 80, mais precisamente de 1989, que a estrutura institucional se estabelece e permite legalmente a atuação dos partidos políticos, que fazem parte das principais instituições democráticas, tal qual o sistema eleitoral, sistema de governo, formato e funcionamento do Estado.

É preciso contextualizar a problemática do presidencialismo de coalizão. Sadek (1993), Avritzer (2016), Abranches (1998) e Sathler e Braga, (2015) pretendem explicitar que o pluripartidarismo, ratificado pela Constituição promulgada em 1988, permite a realização das eleições fundadoras sob a nova ordem constitucional com parâmetros legais de irrestrita liberdade partidária do pleito anterior.

As eleições de 1988 redesenharam um quadro multipartidário com amplo leque de partidos ou legendas, isso veio a se confirmar com a eleição para presidência, que comprovou, por um lado, a tendência à proliferação de siglas, onde se apresentaram 22 candidatos, a maioria dos quais pertencentes a partidos sem representação no Congresso Nacional, e por outro lado, mostrou a fragilidade dos partidos com força congressual (SADEK, 1993; AVRITZER, 2016).

Desta forma, a questão que se coloca como central na organização eleitoral brasileira é a combinação entre princípio proporcional e a lista aberta, o que determina a ocupação das cadeiras no legislativo, pois esse formato permite uma grande proliferação de partidos, o que por via de consequência leva à alta fragmentação partidária. Mais tarde, Abranches (1998), analisando as consequências destas regras eleitorais, evidenciou que as regras institucionais, como o sistema eleitoral, leis eleitorais, princípios norteadores da regra do jogo, entre outros, produzem, no contexto brasileiro, o presidencialismo de coalizão. Aqui importa referenciar que Abranches, ao batizar o sistema político com este nome, o fez pelo fato deste apresentar como principal característica a eleição do presidente da república com mais votos do que seu partido recebe nas eleições para o poder legislativo, o que cria a necessidade de alianças políticas (AVRITZER, 2016; ABRANCHES, 1998; SATHLER; BRAGA, 2015).

Em tese, a ideia de Abranches (1988) era reconhecer que o presidencialismo poderia funcionar como um parlamentarismo. Esta colocação contraria os argumentos explicitados por Linz (1994) de que (1) o poder executivo não pode ser compartilhado sob o presidencialismo e (2) a formação de coalizões interpartidárias é rara sob o presidencialismo. Estas teses de Linz foram rapidamente ultrapassadas, em razão delas não terem englobado um conjunto de análises comparativas sobre a mesma temática na América Latina. As pesquisas de Amorim Neto (1995) e Altman (2001) foram passos importantes na literatura da ciência política e permitiram demonstrar que os presidentes Latino-Americanos usam uma composição ministerial multipartidária para assegurar a governabilidade (SATHLER; BRAGA, 2015).

O modelo presidencialista apresenta também consequências, pois as eleições para o parlamento brasileiro, na esfera nacional, como nos estados (não incluindo, nesse caso, a eleição para o senado), ocorrem sob as regras da proporcionalidade, apresentando o sistema de lista aberta. No caso do Brasil, os distritos eleitorais são os estados, que são de grande magnitude e combinados com um elevado número de eleitores, sendo as cadeiras distribuídas de modo proporcional aos votos obtidos por cada partido ou, em alguns casos, pelas coligações no distrito, isso leva a divisão de votos e consequente proporcionalidade, não existindo um vencedor como acontece na eleição majoritária (NICOLAU, 2004; LEITE; SANTOS, 2010; LAMOUNIER, 1994; KINZO, 1993; REIS, 1995), o que determina o surgimento natural do presidencialismo de coalizão (ABRANCHES, 1998).

3.4 Efetividade dos partidos políticos e da competição eleitoral no Brasil

A problemática dos partidos políticos e a efetividade da competição sempre estiveram à luz dos enfoques teóricos (ALTMAN, 2001; SATHLER; BRAGA, 2015), pois para compreender a estrutura do campo político é necessário compreender primeiramente a maneira como se estrutura a competição política. No caso Brasileiro, desde as eleições de 1989, houve sempre uma tendência à competição centrípeta, pois os principais partidos, como o PMDB, PT e o intermediário o PMDB, sempre conseguem estruturar a competição ao seu redor. No mesmo sentido, Rodrigues-Silveira (2013) explica que, cada vez mais, fica evidente que há uma espécie de padronização da competição eleitoral do voto no Brasil, pois as disputas estão divididas entre os dois partidos PSDB e o PT, que na opinião do autor, são os

únicos capazes de encabeçar coligações eleitorais nacionais, fortes e suficientes para vencer as eleições⁶.

Outro aspecto importante neste debate é a regionalização dos votos, que foi visível ao menos até as eleições de 2010. A dimensão que trazemos é sobre a uniformização da distribuição do voto em cada região do País. Viu-se que a Região do Nordeste, majoritariamente, foi favorável ao PT e o seu candidato, contrariamente, a Região Sul e Sudeste foram favoráveis aos partidos do PSDB e PMDB. Isto demonstra a existência de dois blocos com dominância clara e nítida em duas regiões distintas.

Do mesmo modo, Carreirão (2014) sustenta que há um conjunto de argumentos que são levantados para compreender a ideia de que os índices de consolidação ou institucionalização partidária estão sendo significativos e tendem a apontar no sentido de se efetivar conforme os moldes das democracias seculares. Além disso, a estrutura da disputa presidencial não é baseada na ideologia, mas sim no pragmatismo. A ideia é que há um processo de migração partidária, coligações ideologicamente incoerentes, coalizões pragmáticas, fragmentação partidária e volatilidade eleitoral que enfraquecem a tese de que o sistema partidário é institucionalizado. O que se sucede é que a competição presidencial não estrutura tão fortemente o sistema partidário, como alguns autores sustentam.

3.5 Sobre a estrutura da competição eleitoral

Para avaliar a dinâmica e a estrutura da competição eleitoral, se ela pode ser considerada fechada ou aberta, é necessário recorrer a um conjunto de literatura que sustentem quaisquer argumentos. Sartori (1982) e Lipset e Rokkan (1967) explicam que as condições sociais estruturam e são muito determinantes na consolidação da competição Eleitoral. No dizer dos autores, a função dos partidos é que determina se o sistema partidário será fechado ou aberto. Assim, os partidos passam a ser pólos de atração e produção do alinhamento eleitoral que independe do elemento geográfico, social ou cultural subjacente ao movimento. Do mesmo modo, para Lipset e Rokkan (1967) é importante pensar na estrutura da clivagem, determinante para saber se o sistema partidário vai ser aberto ou fechado. Neste caso, devem ser incluídos elementos como recurso de mobilização dos agentes, o suporte

⁶ Não é pretensão discutir as eleições de 2016, contudo, a análise se envereda até as eleições de 2014, onde mais uma vez, nas presidenciais ou para congresso Nacional, viu-se que estes dois partidos eram os mais capazes de estruturar coligações e transformar-se em coligações vencedoras.

político, a lealdade, solidariedade e compromisso, considerando ainda dois agentes: internos e externos.

Mair (1996) explica que é necessário pensar na possibilidade do congelamento dos sistemas partidários, quando estes não permitem a entrada de novos atores e tornando-os relevantes se comparados com os existentes. Para Mair (1996) a verdadeira competição se verifica não entre os partidos com ideologias diferentes, mas sim, na sua concorrência entre aqueles designados em manter as principais dimensões da competição e aqueles invisíveis. Contrariamente, o sistema partidário descongelado seria aquele cujo mercado eleitoral é fechado somente para os partidos surgidos das profundas clivagens sociais fortes ou grandes partidos organizados, além disso, há uma contínua volatilidade e instabilidade das preferências eleitorais (POGUNTKE, 1995; SCHATTSCHEIDER, 1960; BLONDEL, 1968; DAHL, 1983). No caso brasileiro, a estrutura da competição é descongelada, pois permite acessibilidade de (n) atores que anteriormente não estavam integradas dentro do sistema partidário, como indicado teoricamente por Poguntke (1995). A abordagem parte do princípio de que a alta fragmentação não é acompanhada pelo pressuposto do sistema partidária congelado.

3.6 Partidos políticos no Brasil

No contexto Brasileiro, os partidos Políticos, em boa parte, já existiam antes do período da democratização, mas vieram a se consolidar como instituições relevantes depois da Constituição de 1988 (KINZO, 1993; REIS, 1995). Assim, eles indicam um conjunto de estudos em que a fragmentação partidária é a característica chave do sistema, isto porque o Brasil tem mais de 35 partidos, dos quais 28 constituem-se como representação parlamentar na camada dos deputados.

Os partidos com representação no parlamento ou não, foram criados entre 1981 a 2014. No Brasil, a idade do partido não conta muito para sua efetivação ou para albergar votos suficientes e, assim, conseguir a representação parlamentar, como, alguma vez, a teoria da institucionalização partidária evidenciou (MANWARING, 1995).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Bases do processo de coligação eleitoral no Brasil (2010-2014)

O processo de formação de coligações eleitorais começa muito antes do processo eleitoral, tanto numa perspectiva de ação e atuação no Brasil quanto fora do Brasil (WARE, 1996; BANERJEE; KONISHI; SÖNMEZ, 2001). Até existem alguns estudos pontuais sobre os dois períodos democráticos que o Brasil experimentou (1946, 1964 e 1988 até dias atuais). Assim, a formação dos governos antecede o processo de formação de coligações eleitorais. Neste contexto, na tentativa de construção de governabilidade após eleições, uma maioria parlamentar, os presidentes da república, que anteriormente eram candidatos a presidente dos seus devidos partidos, convidam outros partidos para integrar sua base eleitoral, que mais tarde transforma-se em apoio no congresso nacional, pois o quadro multipartidário fragmentado faz com que seja impossível a governabilidade sem o empenho de uma coalizão mínima por qualquer governante, como sustentado por diversos autores (RIKER, 1961; LIJPHART, 1999; SANTOS; ALMEIDA, 2011; SOARES; RENNÓ, 2006).

Hipoteticamente, o processo de coalizão é formado ainda na coligação antes dos processos eleitorais, o que deve subentender estas como sendo resultantes da barganha entre as partes sobre as políticas a serem promulgadas pelo governo após as eleições, conforme (PERSSON; TABELLINI, 2000). Para tal, como se sucede com o governo atual, os resultados das políticas do governo de coalizão, muitas das vezes, refletem as exigências no processo de formação de coligações eleitorais dos partidos que vencendo as eleições irão fazer parte do governo de coalizão.

No Brasil, considerando o sistema partidário multipartidário, com alta fragmentação, a formação de coalizão é quase uma exigência natural. Austen-Smith e Banks (1988) fundamentam que no processo de governança ou governabilidade as votações ideológicas sinceras não têm sido racionais. Isto em parte devido à preocupação com seus benefícios em detrimento da ideologia, que lhe leva a formar a coligação ou coalizão, como indicado mais a frente.

Sartori (1982) explicitou que a votação ideológica, normalmente leva ao extremismo ou dualismo de pólos, isto porque há uma tendência em que os eleitores também podem determinar as escolhas ideológicas dos partidos. Isto é, se a tendência é sair ou afastar-se de partido A ou B, então, os partidos dificilmente farão coligações com tais partidos. Um exemplo empírico foram as eleições de 2016, onde houve uma tentativa de

distanciamento com o partido trabalhista (PT). Em razão disso, vários partidos, que eram alianças naturais do PT, se desfizeram destas alianças, preferindo se aliar ao PSDB ou PMDB.

Outro elemento chave para análise do processo de formação de coligações no contexto brasileiro é a sobrevivência de alguns partidos nos gabinetes sem necessariamente vencer as eleições para Presidente da República. Exemplo disso é o PMDM que, ao longo do tempo, não tem apresentado candidato presidencialista, mas tem tido melhores resultados eleitorais desde o período de democratização de 1988.

Entende-se que os governos formados pelo processo de coalizão, com determinados partidos ou políticas envolvidas, podem sobreviver sem necessariamente precisar governar no sentido prático da coisa. Ou seja, podem sobreviver ocupando ministérios ou gabinetes, com uma autonomia muito forte, entretanto, seus votos não evoluem ou ao menos não há uma conotação substantiva da evolução dos votos.

Como sugere a teoria de escola racional, todos partidos que entram na coligação eleitoral e até na coalizão pretendem vencer ou ganhar algo. Rothstein (1996) afirma que a teoria dos jogos seria a melhor explicação do comportamento funcional dos partidos políticos ou atores dentro das coligações ou coalizões. Para este autor, o funcionamento e formação de governos de coalizão estáveis nos congressos possuem uma ordem de preferência, que vai da mais desejada a pior de todas. Isto seguindo, obviamente, as regras e princípios institucionais que moldam, de alguma forma, o comportamento dos atores políticos dentro do campo da competição política e eleitoral.

No Brasil, o processo de formação de coalizões não foge a regra. O processo de negociação entre os atores é antecedido por um conjunto de valores, princípios, regras e instituições que moldam o funcionamento da relação entre os mesmos. A par disso, é relevante pensar que mesmo a relação entre PT e PMDM, em 2010 a 2014, não era tão saudável, visto que ideologicamente são partidos diferentes, e a formação de coalizão, tenderia apenas a satisfazer o quesito maioria governamental em quase todo Brasil. Este fato não pode ser pensado de forma linear, visto que existem estados em que a relação e a construção de coalizões é duradoura e que os partidos (PMDB, PT, PSDB e outros) com posições ideológicas diferentes convivem e revivem no mesmo espaço. Apresentamos, em seguida, o formato e estrutura da coalizão governamental no Brasil ao longo do tempo.

Visualiza-se que há um processo natural de criação de alianças eleitorais que, às vezes, se reflete na aliança do governo. Nota-se uma tendência dos partidos se aliarem para vencer a eleição, exceto o PSDB e PT, que no processo e candidatura não se coligam com

partido algum. Este processo pode ter duas explicações: de um lado, o fato da base de apoio eleitoral destes dois partidos ser forte e suficientemente capaz de ganhar a eleição sem precisar de uma coligação firme eleitoralmente, e de outro lado, o fato de seus principais líderes partidários sempre possuírem tamanha influência a ponto de tornar desnecessária a coligação para vencer a eleição.

O PMDB tem sido um dos partidos que ao longo do tempo tem tido um número considerável de parlamentares e também vislumbra da mesma situação que os partidos anteriormente discutidos, visto que, nas quatro eleições tentou sempre formar uma coligação para eleição de presidente, mas nunca conseguiu vencer. Isto é mais uma demonstrativa de que a lógica e funcionamento das candidaturas à presidente e ao congresso ou senado, são totalmente diferentes.

Pode ser que a regra institucional influencie neste jogo, como indicado pelos novos institucionalistas, vindos de fora, e que, de alguma forma, atuam nos resultados dos atores políticos. Do mesmo modo, o Neo-Institucionalismo, pela sua preocupação constante em estudar as regras e processos do jogo de interação entre os atores, relembra que as instituições definem o comportamento de tais atores e as regras pelas quais eles podem interagir entre si. O contexto pode influenciar para que mesmo que os dois partidos (PSDB e PT) não se aliem ou se coliguem, consigam vencer a eleição.

Pensar no debate sobre a formação de alianças antes das eleições nos remete a pensar, de modo geral, quais têm sido os processos de formação de coligações, quais as dinâmicas e quantas coligações têm sido formadas com vista ao alcance do poder ou ao menos a fim de conseguir a maioria parlamentar. Neste contexto, percebe-se que ao longo do tempo (1990 a 2010) houve várias alianças de índoles diferentes. A tabela abaixo indica as alianças ou coligações que foram montadas desde 1990 até 2010, considerando os três níveis de competição nacional e estadual.

Os dados da Tabela 2 permitem comparar, em primeiro lugar, o número de alianças realizadas no período, por partido e cargo. Todos os partidos fizeram mais alianças para as governadorias que para a Câmara e o Senado, respectivamente.

Quanto ao o número de coligações para cargos a governador e para a Câmara, verifica-se que os partidos que apresentam maior volatilidade são PTB, PL/PR e PMDB, e os que possuem menor volatilidade são PDT, PT e PFL.

Diante disso, entende-se que a política de alianças ou coligações que reveste o funcionamento do campo político e competição eleitoral, em todo Brasil, não trata de uma situação ad-hoc de estados isolados, mas sim, uma experiência geral do funcionamento do

país como um todo. Deste ponto, encontramos vários estudos que tentam colaborar com a tese de que há um processo constante de formação de alianças nas competições eleitorais, como forma de maximizar o ganho e minimizar os gastos.

Autores indicam que a formação de coligações e coalizões varia de contexto e dos tipos de sistema de governo (multipartidarismo, presidencialismo, presidencialismo de coalizão ou parlamentarismo). No contexto específico do Brasil os estudos mais elementares foram desenvolvidos por Santos e Almeida, (2011), Soares e Rennó (2006), Figueiredo e Limongi (1999) e outros.

4.2 Das coligações eleitorais às coalizões governamentais (2010-2014)

O caso de Alagoas é uma particularidade que apresenta disfunções interessantes em termos da composição da coalizão governamental, visto que havia 6 partidos na coligação, contudo, na coalizão, existiam apenas 4 partidos. Do mesmo modo, o PSDB foi o partido que mais conquistou assentos parlamentares, o que congregava quase a metade dos assentos. Em 2010, a montagem da coalizão seguiu necessariamente o padrão de coalizão governamental mínimo. Tal comportamento proporciona ao partido do Governador alianças pontuais para obtenção de uma maioria segundo a agenda apresentada pelo executivo ao legislativo. Considera-se ainda a avaliação de tendência ideológica causada pelo partido do Governador de Centro-Direita, como se vê na Tabela 1.

Tabela 1 – Das coligações às coalizões em Alagoas (2010).

Eleições 2010 – Alagoas			
Coligação do Partido Vencedor		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PSDB/DEM	
<i>"Frente Pelo Bem de Alagoas"</i>			
PSDB	06	PSDB	06
DEM	02	DEM	02
PP	00		
PSC	01	PSC	01
PPS	02	PPS	02
PSB	00		
TOTAL	11	TOTAL	11

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Em 2014, o cenário inverte-se visto que houve vários partidos, mas nem todos fizeram parte da coalizão governamental. O que se verifica como tendência é a coalizão apresentar uma capacidade de buscar a totalidade dos assentos da Assembleia Legislativa de Alagoas, em uma tentativa de coalizão média vencedora, nos moldes de Riker (1961). Assim, das 19 cadeiras, 12 delas foram ocupadas com os partidos que fizeram parte da coligação eleitoral, das quais o PMDB, obteve cadeiras a mais. Diferentemente da gestão passada (2010), o partido do Governador que é de ideologia de Centro obteve facilidade de montar uma coalizão governamental de maior representatividade no Legislativo com uma coalizão média de quase 75% do parlamento. Como pode-se observar na Tabela 2:

Tabela 2 – Das coligações às coalizões em Alagoas (2014).

Eleições 2014 - Alagoas			
Coligação do Partido Vencedor "Com o Povo Para Alagoas Mudar"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PSDB/DEM	
PMDB	03	PMDB	03
PSD	02	PSD	02
PSC	01	PSC	01
PROS	02	PROS	02
PDT	02	PDT	02
PT	02	PT	02
		PRTB	02
		PRB	01
		PPS	02
		DEM ¹	01
		PSB	01
PV	00		
PT do B	00		
PC do B	00		
PHS	00		
PTB	00		
Total	12	Total	19

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Em seguida, o estado do Amapá encontra-se em um contexto onde os principais partidos com maioria, em termos de assentos parlamentares, são díspares no que se refere à ideologia, isto é, a posição ideológica em termos do espectro centro, esquerda ou direita (SARTORI, 1982), ou seja, temos o PPS com 2 assentos, o PSB com 2 assentos e o PV e PRB com 01 assento cada legenda, totalizando, assim, 6 assentos em 2010 na coalizão do partido do governador eleito. Este fato deixou o Partido do Governador refém das barganhas de bastidores em votações importantes, como orçamento plurianual e outras agendas de interesse do Executivo ao Legislativo do Amapá. Tudo indica que o Governador sobreviveu sob acordos pontuais, como demonstrado na Tabela 3:

Tabela 3 – Da coligação à coalizão no estado do Amapá (2010).

Eleições 2010 - Amapá			
Coligação do Partido Vencedor "Frente Popular"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PSB/PT	
PSB	02	PSB	02
		PT	00
		PV	01
PT	00	PPS	02
		PRB	01
TOTAL	02	TOTAL	06

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Contudo, em 2014, vários partidos tiveram 02 assentos no parlamento do Amapá, mas que em sua dimensão ideológica eram difusos, isto porque o PRB obteve 4 assentos e somados a outros partidos tiveram mais assentos com o mesmo comportamento ideológico de centro direita, proporcionando, assim, uma formação de coalizão nesses termos, conforme indicado por Riker (1962) Strøm, Muller e Smith (2010), mais fácil, pois considera-se uma coalizão ideologicamente vencedora.

O PDT, partido do Governador para formar uma construção de maioria parlamentar, conquistou 20 assentos, neste caso, aglutinando mais de 10 dentre os 14 partidos, os quais conquistaram assentos no parlamento amapaense. O partido vencedor (PDT) reuniu uma coalizão vencedora máxima com 83% de assentos. Em poucos casos ocorreu uma coalizão tão ampla como a que se pode ver no Amapá.

Verifica-se novamente que o partido do governador vencedor é o PDT e PP, que em termos ideológicos são da esquerda ou centro esquerda, mas incluiu-se também na coalizão partidos que são de centro ou extrema direita, como é o caso de PSDB e PMDB, conforme observa-se na Tabela 4:

Tabela 4 – Das coligações às coalizões em Amapá (2014).

Eleições 2014 - Amapá

Coligação do Partido Vencedor "A Força do Povo"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PDT/PP	
PDT	02	PDT	02
PMDB	02	PMDB	02
PP	00		
		PROS	02
		PSDB	02
		PSC	02
		PTB	02
		DEM	01
		PHS	01
		PSDC	01
		PT do B	01
		PRB	04
TOTAL	04	TOTAL	20

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Em seguida, há o estudo do caso do Estado do Pará, em que temos a construção de coalizão governamental em 2010 e 2014, como se vê a seguir.

O partido vencedor na corrida eleitoral de 2010 foi o PSDB, que contou com uma coligação de 7 legendas partidárias, mas apenas 3 dessas obtiveram assentos na Assembleia Legislativa do Pará (conforme tabela 5). De acordo com a tendência ideológica de direita do PSDB, partido vencedor, a sua capacidade de formação de construção de uma maioria parlamentar foi mais fácil, atraindo para sua coalizão de governo outros 6 partidos de centro esquerda (PPS) e centro (PMDB).

O Partido do Governador consolidou, desse modo, uma coalizão média de 09 partidos e 27 assentos (igual a 65%) do parlamento, de um total de 41 cadeiras. Como constata-se na Tabela 5:

Tabela 5 – Das coalizões no estado do Pará (2010).

Eleições 2010 - Pará			
Coligação da Partida Vencedor "Juntos com o Povo"		Coalizão de Governo da Partida Vencedor na Assembleia- PSDB/PPS	
PSDB	06	PSDB	06
PPS	01	PPS	01
DEM	01	DEM	01
		PTB	03
		PV	01
		PMDB	08
		PSC	01
		PR	04
		PSB	02
PSDC	00		
PRTB	00		
PMN	00		
PRP	00		
Total	08	Total	27

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Do mesmo modo, apresentamos as eleições de 2014 no Pará, como se vê na tabela 6, cujo o partido vencedor (PSDB), que nessa disputa buscava a reeleição, conseguiu reunir 14 partidos em sua coligação eleitoral, sendo dessas apenas 10 capazes de obter cadeiras na Assembleia Legislativa do Pará, concentrando nessas 10 legendas 21 assentos, de um total de 41 parlamentares, mas que após a montagem de sua coalizão de governo conquistou mais outras duas legendas, PR e DEM, que somaram 6 assentos da base governista da gestão do PSDB. Formando, desse modo, uma coalizão média, novamente, com quase 70% do parlamento. Além disso, manteve-se uma coerência ideológica ao buscar aliança com partidos de cunho ideológico de centro e centro direita. A exemplo do PP e DEM, respectivamente.

Tabela 6 – Das coalizões no estado do Pará (2014).

Eleições 2014 - Pará			
Coligação do Partido Vencedor "Juntos com o Povo"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia- PSDB/PSC	
PSDB	06	PSDB	06
PSD	03	PSD	03
PSB	02	PSB	02
PP	01	PP	01
SD	02	SD	02
PRB	01	PRB	01
PSC	02	PSC	02
PTB	02	PTB	02
PPS	01	PPS	01
PEN	01	PEN	01
		DEM	02
		PR	02
PMN	00		
PTC	00		
PSDC	00		
PT do B	00		
PRP	00		
Total	21	Total	28

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Para o caso de Brasília (Distrito Federal), em 2010, verificou-se que o PT era o partido com maior número de cadeiras no parlamento, tendo 5 assentos parlamentares dos 24 existentes.

A coalizão de governo reuniu 13 partidos detentores de assentos parlamentares em Brasília, sendo que essas legendas somadas totalizaram 19 cadeiras dentre o total (24), montando, dessa forma, uma coalizão média de 79%, capaz de garantir uma governabilidade mais tranquila ao partido do governador. No que pese ser uma coalizão média segundo os padrões propostos por esse trabalho, devo considerar a capacidade de coalizão do governo de esquerda que reuniu partidos de orientação ideológica de centro esquerda (PDT), centro (PP) e centro direito (PMDB), composição ideológica desta mesma coalizão como indicam alguns autores (RIKER, 1962; ARMSTRONG; DUCH, 2010; KEDAR, 2005), conforme observa-se na Tabela 7:

Tabela 7 – Das coligações às coalizões no Distrito Federal (2010).

Coligação do Partido Vencedor "Novo Caminho"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PT	
PT	05	PT	05
PMDB	02	PMDB	02
PDT	01	PDT	01
PTB	01	PTB	01
PRB	01	PRB	01
PPS	02	PPS	02
PTC	01	PTC	01
PSB	01	PSB	01
		PT do B	01
		PR	01
		PSC	01
		PSL	01
		PP	01
PRP	00		
PC do B	00		
PHS	00		
TOTAL	14	Total	19

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Tabela 8 – Das coalizões no Distrito Federal (2014).

Coligação do Partido Vencedor "Somos Todos Brasília"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia- PSDB/PSD	
PSB	00		
PSD	00		
PDT	03	PDT	03
SD	01	SD	01
		PEN	01
		PHS	01
		PPL	01
		PR	01
		PRB	01
		PRTB	02
		PSDB	01
		PTC	01
		PTN	01
		PV	01
		PMDB	03
		PTB	01
		PP	01
Total	04	Total	20

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Do mesmo modo, em 2014, no Distrito Federal obteve-se uma configuração muito diferente, aliada à conjuntura e história política do Estado (ALMOND; VERBA, 1989; e outros), visto que o PDT e PMDB continuaram com maior influência, além do maior número de assentos proporcionalmente, como alencam teóricos básicos da área (SARTORI,

1982; DUVERGER, 1954). Houve, ainda, ascensão do PRTB, o que permite notar a estrutura do sistema partidário flexível. Neste caso, para a composição da maioria parlamentar, deveriam ser incluídos necessariamente mais de 13 partidos (novamente), em razão da configuração de fragmentação partidária e distribuição dos assentos comuns de Brasília.

Sobre a formação de coalizão de governo, pode-se considerar uma coalizão máxima no parlamento do partido vencedor, o PSB, embora esse não tenha obtido nenhum assento no legislativo, a legenda teve capacidade de formação de coalizão máxima de 20 cadeiras, representando 83% do total. Diferente da coalizão anterior, que foi média, a diferença foi de apenas uma cadeira a mais. Conforme visto na Tabela 8.

Tabela 9 – Das coligações às coalizões em São Paulo (2010).

Eleições 2010 – São Paulo			
Coligação do Partido Vencedor <i>“unidos por São Paulo”</i>		Coalizão de Governo na Assembleia do Partido vencedor PSDB/DEM	
PSDB	22	PSDB	22
DEM	08	DEM	08
PMDB	05	PMDB	05
PSC	04	PSC	04
PPS	04	PPS	04
PHS	00	PHS	00
PMN	00	PMN	00
		PDT	04
		PP	01
		PR	01
		PRB	02
		PSB	03
		PTB	04
		PV	09
TOTAL	44	TOTAL	67

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Para o caso de São Paulo, notam-se dois principais partidos na configuração da eleição de 2010, o que tipifica um sistema Bipartidário, isto é, que apresenta predominância de dois partidos (PT e PSDB), ou seja, verifica-se que ao longo do tempo, dois partidos ultrapassam amplamente os demais, de tal modo que, cada um dos dois se encontra em posição de competir pela maioria absoluta das cadeiras legislativas e pode razoavelmente esperar a alternância em termos de vitória eleitoral (SARTORI, 1982), o PT elegendo 24 e o PSDB 22 parlamentares cada, do total de 94.

A coligação do partido vencedor, PSDB, ainda que tenha sido de 07 partidos, sendo desses apenas 5 com assentos no parlamento, pode ser considerada como a formação de

coalizão do Governador média, somando 66 assentos (70%) e outros 7 partidos com representação parlamentar, totalizando uma aliança de 12 legendas e sua base governista na Assembleia Legislativa de São Paulo. Vale ressaltar que a composição ideológica da coalizão de governo do partido vencedora é incoerente, pois abriga partidos de esquerda (PSB), centro (PMDB) e direita (PSDB), de acordo com o que é observado na Tabela 9.

Na mesma dimensão, as eleições de 2014, trouxeram novas dinâmicas, mas a essência do sistema partidário estadual continua quase intacta, isto é, os partidos coligados, quase fizeram 60% das cadeiras legislativas, o que na dimensão de Riker (1961) seria a coalizão média vencedora, como ilustrado na Tabela 10.

Tabela 10 – Coalizões em São Paulo (2014).

Eleições 2014 – São Paulo			
Coligação do Partido Vencedor "Aqui é São Paulo"		Coalizão de Governo na Assembleia do Partido vencedor PSDB/PSB	
PSDB	22	PSDB	22
PSB	06	PSB	06
PRB	04	PRB	04
DEM	08	DEM	08
SD	01	SD	01
PSC	03	PSC	03
PPS	03	PPS	03
PTC	00		
PTN	01	PTN	01
PSL	01	PSL	01
PT do B	00		
PEN	02	PEN	02
PMN	00		
PSDC	00		
		PV	06
		PMDB	05
		PSD	04
		PR	03
		PTB	02
		PP	02
		PDT	01
TOTAL	51	TOTAL	74

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Isto nos permite reiterar que, por um lado, em São Paulo, os partidos são antagônicos do ponto de vista da ideologia partidária, uma vez que o PSB e o PDT são da esquerda e o PSDB é da direita e, por outro lado, têm quatro partidos que de alguma forma sustentam todo um conjunto de mecanismos de formação de maiorias, basta apenas se aliar, como é o caso do PV, PMDB, DEM e PSDB.

Contudo, a aliança com estes partidos listados implica necessariamente negar a ideologia partidária e ser pragmático do ponto de vista do *modus operandi*, algo também sustentado por vários autores (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 1944; RIKER, 1962;

WARE, 1996). Partindo de uma análise comparativa, visualiza-se que, em 2014, a estrutura da composição se reconfigura de forma rígida e nota-se a predominância continuada do PSDB e do PT, além de um tipo de ascensão do partido DEM, o que contaria como sendo um partido intermediário (quer dizer, meio partido, nas tipificações de Blondel e Cotta (1996).

Ora, a grande explicativa é o fato de que o processo de formação de maioria parlamentar, mais uma vez, foi complexo, pois não houve a consideração e a coerência ideológica, conforme indicado por Riker (1962) e Ware (1996).

Vale Ressaltar que a coalizão de governo montada pelo partido vencedor em 2014 foi capaz de reunir 74 assentos, distribuídos em 17 partidos, representando um total em percentual de 78% e construindo uma coalizão média de governo, ainda que com ampla representatividade no Poder Legislativo, permitindo, assim, votações mais amenas aos interesses de agenda do Executivo. Como é possível observar na Tabela 10, supracitada.

Algumas dinâmicas similares podem ser visualizadas no contexto do Estado de Santa Catarina, cujo processo de estruturação e composição da Assembleia Legislativa nas eleições de 2010 apresentou um conjunto de conformações que permitiram sugerir um tipo de formação de maioria parlamentar em que se respeita a ideologia do partido governista, neste caso, o PMDB.

Verifica-se a prevalência de quatro partidos com capacidade de protagonizarem a dimensão estrutural do sistema partidário estadual (SARTORI, 1982), isto seria um sistema pluripartidário, mas que apresenta quatro partidos como dominantes e capazes de representar juntos mais de 75% do Poder Legislativo do Estado, além de algum tipo de sensibilidade ideológica diversificada, como o caso do PMDB, PT, PSDB e DEM. Esta aliança é ilustrada por autores como Sathler e Braga (2015) como uma estratégia para o bom funcionamento e governabilidade, isto é, assegurar a governabilidade por via da composição ministerial dos partidos, tanto daqueles que concorreram em outras candidaturas, como da posição alinhada com o partido vencedor, como pode se visualizar na Tabela 11 a seguir.

No que tange à formação de coalizão de governo, pode-se afirmar que se trata de uma coalizão média, já que reúne 67% do parlamento, totalizando 27 assentos distribuídos em 7 partidos, lembrando que o universo da Assembleia Legislativa em questão é de 40 cadeiras. Assim também, não se pode deixar de considerar a incoerência ideológica dentre esses 7 partidos (como se observa na Tabela 11) com partidos de oscilam da extrema esquerda (PC do B), esquerda (PDT), centro (PMDB) e direita (PSDB).

Tabela 11 – Da coligação às coalizões em Santa Catarina (2010).

Eleições 2010 – Santa Catarina

Coligação do Partido Vencedor “As Pessoas em Primeiro Lugar”		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - DEM/PMDB	
DEM	07	DEM	07
PMDB	10	PMDB	10
PSDB	06	PSDB	06
PTB	01	PTB	01
PPS	01	PPS	01
		PDT	01
		PC do B	01
PPS	00		
PSC	00		
PSL	00		
PTC	00		
PRP	00		
TOTAL	25	TOTAL	27

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Em uma dimensão comparativa, entre a composição da Assembleia Legislativa de 2010 e 2014, verifica-se que 2014 teve uma configuração diferente (vide adiante a tabela 12), visto que o PSD, portanto, partido na situação, conquistou 09 assentos e houve uma sobreposição aos seguintes partidos: PSDB, DEM e o PT – legenda de oposição - portanto, por via de alianças partidárias antes das eleições, como ilustrado por Strøm, Muller e Smith (2010) e Lupia e Strøm (1995).

Isto permitiu que a junção dos dois partidos (PMDB e PSD) formasse quase a metade dos 40 assentos na Assembleia Legislativa, totalizando 19 cadeiras, o que lhe daria algum tipo de vantagem em termos de construção de maiorias governamentais, mesmo que na dimensão de coalizão vencedora mínima, ou seja, aquela que vai de 51% a 60% dos assentos parlamentares (considerando a tipologia do nosso trabalho e também de Riker (1962)⁷, como ilustrado na tabela que apresentada a seguir, que indica a problemática da estrutura e composição da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Neste sentido, a formação da coalizão de governo, em Santa Catarina, dos partidos vencedores (PSD e PMDB) foi de construção de coalizão máxima (de 82%), com uma ampla representatividade parlamentar capaz de reunir 33 assentos distribuídos em 9 partidos.

⁷ Considerou-se a tipologia de coalizões construída metodologicamente nesta pesquisa.

Ideologicamente, conclui-se que os partidos reunidos nessa coalizão de governo são incoerentes ideologicamente, já que temos partidos de esquerda (PC do B), centro (PMDB e PSD) e direita (PSDB e DEM).

Tabela 12 – Coligações às coalizões (2014).

Eleições 2014 – Santa Catarina			
Coligação do Partido Vencedor "Santa Catarina em Primeiro Lugar"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PSD/PMDB	
PSD	09	PSD	09
PMDB	10	PMDB	10
PDT	01	PDT	01
PC do B	01	PC do B	01
PR	02	PR	02
PDT	01	PDT	01
		PP ¹	04
		PSDB	04
PROS	00		
PV	00		
PRB	00		
PSC	00		
PTB	00		
PSDC	00		
TOTAL	24	TOTAL	32

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Sobre o Estado do Mato Grosso do Sul, que apresenta nuances diferentes de Santa Catarina e demais estados que até então foram analisados e verificados em termos de composição das Assembleias Legislativas, constata-se que os partidos PP, PR e PMDB constituem-se como os que tiveram algum tipo de dominância em termos proporcionais dos assentos parlamentar. Tal fato pode ser comprovado porque os três partidos sozinhos representam 65% do total, aproximadamente, o que equivale a 16 assentos de um universo de 24 existentes, seguindo os padrões teóricos de Riker de formação de coalizão mínima de governo.

Aqui a supervalorização e dominância não devem ser visualizadas na dimensão de Sartori (1982), Duverger (1959), mas sim, uma situação onde há um equilíbrio das forças em competição em um campo político e eleitoral adverso.

Tabela 13 – Das coligações às coalizões (2010).

Eleições 2010 – Mato Grosso

Coligação do Partido Vencedor “Mato Grosso em Primeiro Lugar”		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia- PMDB/PT	
PMDB	05	PMDB	05
PT	01	PT	01
PR	06	PR	06
PP	05	PP	05
		DEM	02
PTN	00		
PSC	00		
PC do B	00		
PHS	00		
PTC	00		
PRP	00		
PRB	00		
TOTAL	17	TOTAL	19

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Tabela 14 – Das coligações às coalizões no Mato Grosso (2014).

Eleições 2014 – Mato Grosso

Coligação do Partido Vencedor “Coragem e Atitude Pra Mudar”		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia- PDT/PP ¹	
PDT	02	PDT	02
PP	00	PP	00
PSDB	03	PSDB	03
DEM	01	DEM	01
PV	01	PV	01
PSB	03	PSB	03
		PR	05
PPS	00		
PSC	00		
PTB	00		
PSDC	00		
PRP	00		
PSL	00		
PRB	00		
TOTAL	10	TOTAL	15

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Em 2014, houve uma composição similar a de 2010, mas com algumas variações, dentre as quais o PDT, PSDB e PR formam os partidos dominantes (tipologias de SARTORI, 1982), o que em parte poderia permitir a formação e maioria parlamentar em termos ideológicos de forma coerente.

No caso de construção de uma maioria parlamentar, o partido vencedor buscou aliança com o PR, partido que conquistou o maioria de cadeiras (05), somando um percentual de 21% aos 41%, adquirido desde a coligação do partido do governador (PDT), totalizando 62%. Pode-se, assim, dizer que o partido vencedor foi capaz de formar uma construção de coalizão mínima vencedora, conforme as colocações de Riker (1961), caracterizando tal coalizão em um intervalo de 51% a 65%, como se vê na Tabela 14. No entanto, para esse trabalho, delimitamos que esse intervalo é uma coalizão média, acima de 60%, apesar de não ser segura em votações polêmicas de pauta financeira ou cunho popular (a exemplo, votação de reajuste de tarifa de ônibus).

Tabela 15 – Das coligações às coalizões no Rio Grande do Norte (2010).

Eleições 2010 – Rio Grande do Norte			
Coligação do Partido Vencedor “Força da União e Por um RN Melhor”		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - DEM/PMN	
DEM	02	DEM	02
PMN	04	PMN	04
PSDB	01	PSDB	01
		PMDB ¹	04
		PR	02
		PV	01
PSL	00		
PTN	00		
PSC	00		
TOTAL	07	TOTAL	14

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Os dados agregados na Tabela 15 ilustram o contexto do Rio Grande do Norte e indicam que o partido vencedor (DEM) obteve a capacidade de reunir três outros partidos que não estavam em sua coligação eleitoral, mas que proporcionaram uma formação de coalizão mínima, tanto para os padrões estabelecidos por esse trabalho, quanto pelos estabelecidos por Riker.

Segundo as tendências ideológicas partidárias posso afirmar que essa coalizão, ainda que mínima, é incoerente já que reúne partidos de esquerda (PMN) centro (PR) e direita (PSDB), seguindo a lógica da maioria dos outros estados aqui analisados, que apresentam uma tendência ideológica incoerente em suas formações de coalizões de governo.

Tabela 16 – Das coligações às coalizões no Rio Grande do Norte (2014).

Coligação do Partido Vencedor "Liderados Pelo Povo"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia- PSD/P C do B	
PSD	03	PSD	03
PC do B	01	PC do B	01
PT	01	PT	01
PT do B	01	PT do B	01
		PMDB	05
PP	00		
PTC	00		
PEN	00		
PRTB	00		
PPL	00		
TOTAL	06	TOTAL	11

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Da mesma forma, em 2014, a composição da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Norte teve algumas metamorfoses e um conjunto de estruturações que, em parte, permitem auferir que o PMDB, PROS e PSD foram os predominantes na dimensão de controle do espaço político e eleitoral, o que ainda assim, caso essa aliança tivesse ocorrido, permitiria a eles montarem uma coalizão governamental mínima (RIKER, 1962), em termos ideológicos e pragmáticos. No caso em questão não foi encontrado nenhum fato que fosse capaz de comprovar tal aliança entre o partido vencedor (PSD) e o PROS.

No que diz respeito à coalizão de governo, o partido vencedor não obteve a capacidade de construir uma coalizão mínima, pelo menos, para não ficar refém do pragmatismo parlamentar de outros partidos que não fizeram parte do seu governo. Diante da realidade de ter reunido 5 partidos com representação no parlamento e 11 assentos, equivalente a 45% do universo de 24 cadeiras, pode-se afirmar que o partido vencedor sobreviveu de alianças pontuais segundo cada agenda apresentada pelo executivo ao legislativo.

No tocante ideológico à incoerência na tendência partidária, esta existe desde a formação da candidatura para o pleito de governador com a junção dos partidos de Centro (PSD) e extrema esquerda (PC do B).

Tabela 17 – Das coligações às coalizões no Rio Grande do Sul (2010).

Coligação do Partido Vencedor <i>“Unidade Popular Pelo Rio Grande”</i>		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PT/PSB	
PT	14	PT	14
PSB	03	PSB	03
PC do B	01	PC do B	01
		PDT	07
		PTB	06
		PRB	01
PR	00		
Total	18	Total	32

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

Sobre o contexto político do estado do Rio Grande do Sul, em 2010, pode-se destacar a escala de 32 assentos parlamentares na construção de coalizão governamental ou uma representação de 58% do universo de 55 cadeiras (100%).

O partido do governador e seus coligados conseguiram montar cerca de 18 assentos parlamentares muito antes de entrar na coalizão, o que permite, de alguma forma, uma coalizão mínima, a priori, que foi confirmada com a soma de outros 3 partidos: PDT, PTB e PRB. A coalizão assim formada apresenta uma tendência ideológica incoerente pela presença de partidos de centro direita (PRB) e extrema esquerda (PC do B) e centro (PTB).

Do ponto de vista da construção destas Maiorias Parlamentares, pode-se considerar que, em 2014, respeitando a ideologia, verifica-se que os partidos (os três) são díspares, cada um com uma posição no aspecto ideológico do campo da competição política e eleitoral, como ilustrado por Sartori (1982). Isso pode levar a situações que dificultem a formação de Maiorias Parlamentares coerentes ideologicamente. Neste caso, o que pode acontecer é à formação de maioria parlamentar pragmaticamente corrente, como se constata a seguir na estrutura da composição.

Pode-se observar que a construção de coalizão do partido vencedor nas eleições de 2014, no Estado do Rio Grande do Sul, representa uma coalizão média equivalente a 70% do

parlamento de um universo de 55 assentos, algo igual a 39 cadeiras distribuídas dentre os 10 partidos que compõem a base aliada do Governador. Conforme se verifica na Tabela 18:

Tabela 18 – Das coligações às coalizões no Rio Grande do Sul (2014).

Coligação do Partido Vencedor "O Novo Caminho Para Rio Grande"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia – PMDB/PSD	
PMDB	08	PMDB	08
PSD	01	PSD	01
PPS	01	PPS	01
		PSB	03
		PTB	05
		PP	07
		PDT	08
		PSDB	04
		PRB	01
		PV	01
PSDC	00		
PSL	00		
PHS	00		
PT do B	00		
TOTAL	10	TOTAL	39

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

A incoerência ideológica, assinalada na tabela 18 acima, facilmente pode ser constatada ao observar, dentre os 10 partidos que compõem a coalizão governamental, a presença de partidos de esquerda (PSB), centro esquerda (PV), centro (PMDB) e direita (PSDB).

O cenário do Estado de Minas Gerais, nas eleições de 2010, indica que há em média 5 partidos predominantes, PSDB, PT, PMDB, PV e PDT, com destaque aos três primeiros. Estes três partidos não atingem a maioria mínima de 51% do total de 77 assentos, mas cobrem 41% (ou 32) dos assentos parlamentares.

No entanto, a coligação eleitoral do partido vencedor (PSDB), além de proporcionar uma coalizão de maioria mínima de 53%, nesse caso, de Minas Gerais, vivenciou algo particular, que pode ser assinalado na tabela 19, ao perceber que dos 11 partidos que compuseram a coligação eleitoral, 10 obtiveram assento no parlamento, apenas o PSDC não atingiu o quociente eleitoral para ocupar assento como os demais.

O fato supracitado, de coligação quase que total entre seus pares, facilitou a construção de uma coalizão média consolidada pelo partido vencedor (PSDB), o qual buscou coalizão com outros 6 partidos para formação da sua coalizão mediana de 70% ou equivalente a 54 assentos do universo de 77.

O PT foi o segundo partido com maior número de assentos, 11 no caso, e ainda que tivesse a capacidade de liderar todas as demais cadeiras que não estão na base governista, ainda assim, não ameaçaria derrotas em sequência na aprovação das agendas do executivo apresentada pelo partido vencedor ao legislativo, já que esse detém uma folga segura de pelo menos 16 assentos, em que a oposição pode almejar uma maioria simples no parlamento de Minas Gerais. Conforme se observa na Tabela 19:

Tabela 19 – Da coligação à coalizão em Minas Gerais (2010).

Eleições 2010 – Minas Gerais			
Coligação do Partido Vencedor "Somos Minas Gerais"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PSDB/PP	
PSDB	13	PSDB	13
PP	02	PP	02
PDT	05	PDT	05
PTB	04	PTB	04
PSL	03	PSL	03
PSC	02	PSC	02
PR	01	PR	01
PPS	03	PPS	03
DEM	03	DEM	03
PMN	02	PMN	02
PSB	03	PSB	03
		PV	06
		PT do B	01
		PTC	01
		PHS	02
		PRP	01
		PRTB	02
PSDC	00		
Total	41	Total	54

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

A formação de coalizão parlamentar de governo do partido vencedor (PSDB) nas eleições de 2010 pode assinalar a incoerência ideológica dos partidos que compõem essa maioria parlamentar em Minas Gerais, uma vez que se observa na Tabela 19, partidos de orientação de esquerda (PSB), centro esquerda (PMN), centro (PMDB), centro direita (PTC) e direita (PSDB).

Na eleição de 2014, houve algumas mudanças em termos de composição dos parlamentares e no processo de construção de maioria parlamentar ou da Assembleia Legislativa em Minas Gerais, mais uma vez, seria difícil cumprir com o quistito ideológico em termos de coerência, ou seja, dos 3 partidos dominantes serem coerentes (aqui em termos de controle e dominância do espaço da competição política), isto é, o PMDB, PSDB e PT,

que continuam predominantes, mas com algumas variações do ponto de vista da composição das Assembleias Legislativas.

Esta discussão pode ser ilustrada, a seguir, na Tabela 20 sobre a formação de coligação e montagem da maioria parlamentar no Estado de Minas Gerais em 2014. Pode-se considerar que o partido vencedor (PT) capilarizou uma coalizão média com 55 assentos ou 71% do universo de 77 cadeiras existentes. A coligação eleitoral que comparava apenas 5 legendas conseguiu reunir outras 10 legendas, 01 a menor do total colecionada pela coalizão anterior (2010) de partido vencedor antagônico ao que lidera a coalizão mediana em 2014, como se pode verificar na tabela 20.

A incoerência ideológica dos partidos também se repete na composição dessa nova legislatura em Minas Gerais com partidos de extrema esquerda (PC do B), centro (PMDB) e centro direita (PRB).

Tabela 20 – Da coligação à coalizão em Minas Gerais (2014).

Eleições 2014 – Minas Gerais			
Coligação do Partido Vencedor "Minas Pra Você"		Coalizão de Governo do Partido Vencedor na Assembleia - PT/PMDB	
PT	10	PT	10
PMDB	10	PMDB	10
PRB	02	PRB	02
PC do B	03	PC do B	03
PROS	01	PROS	01
		PDT	04
		PV	04
		PTB	04
		PSB	03
		PR	03
		PSD	04
		PT do B	03
		PTN	03
		PTC	01
		PMN	01
Total	26	Total	55

Fonte: O autor da pesquisa, 2017.

4.3 Coligações às coalizões em perspectiva comparada (2010-2014)

Estudos existentes no Brasil e no mundo indicam que os modelos teóricos que lidam com as eleições (coligações) e o processo de formação de coalizões (AUSTEN-SMITH; BANKS, 1998; LUPIA; STRØM, 1995) entendem que as coalizões são formadas de modo a perceber as atitudes dos líderes partidários, que têm por objetivo manter a sua

posição dentro da coalizão ou aliança que são formadas para concretização do governo ou governabilidade.

Subentende-se que dentro da democracia parlamentar e presidencialista, normalmente o poder do chefe do governo é responsável pela governança perante a maioria, contudo, numa situação em que o parlamento está em condições de derrubar o presidente, é necessário repensar os tipos de reengenharia institucional, o que mais tarde foi denominado, no caso do Brasil, por presidencialismo de coalizão. Na mesma linha de pensamento, os espaços proponentes nos quais ocorrem a formação de coalizões são: as arenas no executivo, a arena parlamentar e a arena extraparlamentar (STRØM; MULLER; SMITH, 2010).

A formação de coalizões é antecedida pela formação de coligações eleitorais conforme indicado por diversos autores (VON NEUMANN; MORGENSTERN, 1944; RIKER, 1962; KEDAR, 2005; ADAMS; MERRILL; GROFMAN, 2005). Tais coligações eleitorais podem se sustentar pós-eleições ou se desfazer. Há vários critérios para formação de coligações que dependem do tipo de relação e maneira pela qual os partidos se relacionam. Para esta discussão realizou-se a análise de 10 Estados do Brasil, demonstrando o processo de formação de coligações eleitorais, evidenciando quais e quantos são os partidos envolvidos, de forma descritiva. Na sequência, analisou-se como se montaram as coalizões de governo dos partidos vencedores da corrida eleitoral pelo cargo de executivo impondo-se ao legislativo, isto é, se os partidos que fizeram parte da coligação continuaram depois do processo eleitoral ou foram retirados e não ocuparam nenhum cargo ministerial (no contexto da política do Brasil denominamos de pastas ou secretarias). As 20 tabelas ilustraram a formação de coligações governamentais em 10 Estados do Brasil nas eleições de 2010 e 2014.

A discussão das diversas abordagens teóricas sobre o processo de formação de coligações e coalizões parte do intuitivo da teoria dos jogos cooperativos (como coalizão mínima vencedora, soluções mínimas de negociação, coalizão máxima vencedora) e inclui também as características posicionais e ideológicas dos partidos. Armstrong e Duch (2010) e outros estudiosos (KEDAR, 2005; ADAMS; MERRILL; GROFMAN, 2005; DUCH; STEVENSON, 2008) pensam que, em dadas situações, a formação das coalizões governamentais são moldadas pela antecipação dos eleitores na composição ideológica dentro das coligações susceptíveis a serem formadas.

Alguns dados indicam que não há relação direta entre formação de coligações eleitorais e coalizões vencedoras, nota-se também que alguns partidos que não se encontravam aliados ao partido vencedor no período de disputa eleitoral passam a incorporar

a base governista. Existe também a possibilidade daqueles partidos que fizeram parte na coligação eleitoral, pós-eleições, serem excluídos ou deixarem a coalizão de governo por outros interesses diversos⁸.

Dada a explicação apresentada anteriormente, entende-se que em 2010, no Estado de Amapá, o partido do governador fez a coligação com apenas 1 partido, mas o processo e composição de formação de coalizão teve 4 partidos. Neste contexto, estamos diante de uma coalizão vencedora máxima do ponto de vista da primeira ordem de preferência, com a formação de seu gabinete partilhado entre apenas essas 4 partidos, como ilustrado teoricamente por vários autores (RIKER, 1962; KEDAR, 2005; ADAMS; MERRILL; GROFMAN, 2005; STRØM; MULLER; SMITH, 2010).

Em relação ao Estado de São Paulo, o processo de coligação do partido vencedor era composto por 7 partidos, mas na formação da maioria parlamentar, foi de 13 partidos⁹. Por um lado, mais uma vez, estamos diante da coalizão vencedora mínima para a montagem do gabinete do Governador, por outro lado, temos o desenho de uma construção de maioria parlamentar mediana.

Ao mesmo tempo em que em termos de padrões de formação de coalizão houve uma tendência das maiorias governistas não seguirem necessariamente a ideologia do partido neste processo, é necessário pensar considerando as dinâmicas contextuais de cada estado.

O partido governista precisou fazer coalizão com quase todos partidos por conta da alta fragmentação partidária na Assembleia Legislativa de Alagoas, o que levou a situação de coalizão máxima neste estado, onde a composição da Assembleia Legislativa não influenciou a governabilidade, pois o partido governista conseguiu criar coalizão governamental que teve acima de 75% dos assentos parlamentares. A semelhança do que acontece no estado de Rio Grande do Norte, o PMDB necessitou aliar-se com quase 1/3 dos partidos para ter a maioria governamental.

⁸ Estes tipos de situações acontecem quando a força do partido que fez parte na coligação for fraca e quando, estrategicamente, a inclusão de novo partido com potencial de chantagem for a melhor opção racionalmente. Aqui entendemos a racionalidade como sendo aliada à teoria dos jogos. Assim, Segundo Rothstein (1996), a teoria dos jogos surge como uma tentativa da escola da teoria da escolha racional, dentro do campo da ciência política, ao procurar explicações capazes de facilitar a compreensão da formação de maiorias governamentais estáveis no legislativo e no seio da ação coletiva. Inicialmente, chegou-se a pensar que os indivíduos baseiam suas escolhas exclusivamente pela sua primeira ordem de preferência, sem contar com as regras e procedimentos institucionais estáveis.

⁹ É importante salientar que a governabilidade no contexto de São Paulo deve ser entendida do seguinte modo: na totalidade de assentos parlamentares temos 94 cadeiras e dentre estas o partido do governador eleito, na junção com a coalizão, conseguiu fazer 66 assentos, o que se subentende como coalizão média.

Em 2014, houve vários cenários, a destacar: no Rio Grande do Sul, para o partido governista tiveram 8 partidos na coligação, mas a composição do governo e da maioria parlamentar teve 9 partidos, dentre os quais o PDT foi incluído mais tarde. Destaca-se o fato de o PTdoB ter sido excluído na composição da coalizão governamental. Em relação a Minas Gerais, a coligação era composta por 5 partidos, mas para o governador ter uma maioria parlamentar, a composição da coalizão deveria ser de 8 partidos, que perfaziam 39 deputados dos 77 totais.

Outro caso é o do Estado de Mato Grosso, que possuía mais de 10 partidos na coligação do partido do governador vencedor, mas somente 8 partidos poderiam compor a coalizão vencedora. Assim, estes dados nos sugerem que nem todos partidos que estiveram nas coligações automaticamente fizeram parte da coalizão depois da eleição. Isto é, em termos teóricos, os que fazem parte da coligação podem, de alguma forma, ganhar espaço do ponto de vista da governança, mas isso não reflete necessariamente a sua composição nos ministérios. Subentende-se que fazer parte da coligação, dependendo das regras acordadas entre os atores, não leva necessariamente a fazer parte da coalizão vencedora mínima ou máxima.

Alguns estados optam pela coalizão vencedora mínima, composta por poucos partidos, apesar de, anteriormente, se coligarem com vários partidos. Do mesmo modo, em estados como Minas Gerais, Pará e Santa Catarina, o processo de formação de coligações foi composto por vários partidos, o mesmo se sucede na coalizão. Estaríamos, segundo as explicações de Riker (1962), diante de uma coalizão vencedora máxima.

De forma geral, entende-se que o processo de formação de coalizão segue a lógica contextual, isto é, como enfatiza Mizuca (2007), segue a questão da funcionalidade das regras institucionais, em que, dentro da Assembleia Legislativa, impera no processo de formação de coligações para as próximas eleições. Também há uma tentativa da política local explicar a lógica da formação das coalizões, pois impera o personalismo e a liderança pessoal acima do partido. Outro aspecto analisado pelo autor é a soberania do partido que é temporária e a tendência quase constante de mudanças de partidos que governam os Estados, com exceção de São Paulo, que vêm mantendo o mesmo partido (PSDB).

Desta forma, as questões apontadas por Mizuca (2007) indicam o quão complexa é a análise agregada das coligações nos estados e também como as suas realidades políticas são marcadas por particularidades e desdobramentos diversos.

4.4 Maiorias governamentais e coalizões (in)coerentes ideologicamente

As teorias iniciais da coalizão sempre foram baseadas na teoria dos jogos cooperativos e eram formadas apenas pelas partes necessárias para compor uma coalizão vencedora (majoritária) e ideologicamente coerente. Estas teorias foram inicialmente apresentadas por Von Neumann e Morgenstern (1944) e desenvolvidas por Riker (1962), no caso desse último, ele faz uma descrição sobre as coalizões mínimas e máximas vencedoras.

Como tal, a pretensão é pensar que os governos que formam coligações são em parte coerentes ou não coerentes em termos de formação das coalizões mínimas ou máximas vencedoras. Assim, entende-se que tanto os governos da direita, quanto os governos da esquerda, não são coerentes ideologicamente, visto que mesmo os partidos estremados, na tipologia de Sartori, recorrem a outros partidos para conseguir a sua governabilidade.

O caso de São Paulo, nas eleições de 2010, para o processo de composição da Assembleia Legislativa, é exemplo disso. Verificou-se que, o partido do governador (PSDB), vencedor para o cargo executivo de Governador do Estado de São Paulo, também incluía, na sua coalizão, partidos como PSB, PTB e outros que ideologicamente são da esquerda, ou seja, que na distribuição da competição política, conforme o aspecto ideológico sustentado por Sartori (1982), localizam-se na esquerda, como pode ser observado na Tabela 21.

Tabela 21 – (In) coerência ideológica na formação de coalizão.

2010			
Região	Estado	Coalizão	Coligação
Norte	Amapá	PSB-PPS-PRB-PT	PSB-PT
Nordeste	Rio Grande do Norte	DEM-PMN-PSDB-PR-PV-PMDB	PSL / PTN / PSC / DEM / PMN / PSDB
Centro-Oeste	Distrito Federal	PT-PMDB-PDT-PTB-PRB-PPS-PTC-PSB- PT do B-PSC-PR-PSC-PSL-PP	PRB / PDT / PT / PTB / PMDB / PPS / PHS / PTC / PSB / PRP / PC do B
Suldeste	São Paulo – SP	PSDB-DEM-PPS-PSB-PP-PMDB-PV-PTB-PR-PDT-PRB-PSC-PHS-PMN	PMDB / PSC / PPS / DEM / PHS / PMN / PSDB
Norte	Pará	PSDB-DEM-PMDB-PPS-PR-PSB-PSC-PTB-PV	PPS / DEM / PSDC / PRTB / PMN / PRP / PSDB

Fonte: Adaptado de TSE, 2017.

A descrição que se faz é que os Estados do Pará, Brasília e Amapá foram, do ponto de vista de coerência ideológica, positivos, no sentido de que os principais partidos que dualizam o espaço político, ou seja, que levam a competição política na dimensão centrípeta, não comungam do processo de formação da coligação eleitoral e muito menos da maioria parlamentar.

O estudo evidencia a ideia de que os governos de direita não são muito coerentes, ao menos para os estados que foram selecionados. No caso de São Paulo, não se verifica coerência do ponto de vista de formação de coalizão. Contrariamente, a esquerda tem tido um tipo de coerência ideológica, pois eles organizam seus governos por via da ideologia, pelo contexto que se encontram e são obrigados a caminhar em direção ao centro, isto é, de forma centrípeta. Isto não quer dizer que se aplicam aos processos de votação à esquerda. Este não é o objeto de estudo desta pesquisa, mas entende-se que nas votações, há uma tendência de coerência ideológica dos governos da direita.

Assim, os estudos a respeito da formação das coalizões foram agrupados em dois grupos. No primeiro grupo as pesquisas em relação ao processo de formação de coalizões (teoria da formação de coalizões) tinham como principal objetivo entender os tipos de coalizão que podem existir e como são formados. Aqui subentendemos que o objetivo não era pensar o funcionamento das coalizões, mas sim, o tipo. Neste caso, entende-se que no Brasil, as coalizões formadas majoritariamente são incoerentes ideologicamente e também são coalizões mínimas vencedoras, pois os governos são compostos por vários partidos e a partilha dos benefícios segue a mesma lógica. Neste caso, como indica Riker (1962), coalizões mínimas vencedoras são um jogo de soma zero, isto é, os atores não têm tantos benefícios e, portanto, igualam-se. Contrariamente, estados como Amapá apresentam, no processo de formação de coligações, poucos partidos e isso se reflete também nos governos que o formam. Neste caso, trata-se de uma coalizão máxima vencedora do ponto de vista do ganho via secretaria.

O segundo tipo de estudo sobre a formação de coalizões preocupava-se com a construção de comportamento depois de formadas as coalizões, onde o que se pretendia era analisar a atuação dos atores dentro da coalizão e a sua estabilidade no percurso do tempo, associadas por tipo de comportamento estratégico (demandantes, veto, etc.). Neste caso, entende-se que a dimensão de análise perpassa em perceber as votações no congresso, os processos de veto, bem como coerência ideológica na votação das pautas que condizem com a sua estrutura ideológica (sendo da direita, esquerda ou centro) ou modelo de atuação (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006).

Torna-se difícil mensurar a coalizão máxima dos governos do centro, visto que ela sugere menor número de atores e maiores ganhos. Indica-se que quanto mais o partido encontrar-se ao centro, hipoteticamente, mais ele deveria seguir uma tendência de, por captar todos os seguimentos, seria uma coalizão vencedora mínima.

Como o próprio Riker (1962) indica, os atores normalmente tendem a evitar participantes excessivos nas suas coalizões, pois isso reduz as vantagens advindas da coalizão vencedora. O autor explica que no processo de formação de coalizões, os participantes levam em conta as preferências estratégicas não utilitárias que se relacionam com as afinidades ideológicas e preferências políticas (OLIVEIRA; ONUKI; OLIVEIRA, 2006).

Em geral, no Brasil, os governadores sempre buscam coalizão máxima, ou seja, atingindo 80% dos parlamentares, o que envolve uma grande diversidade e incoerência ideológica, colocando todos partidos, sejam eles da esquerda, direita ou de centro, gerindo a própria ingovernabilidade por via desta adversidade em termos de posição ideológica no aspecto da competição, como indicado por Sartori (1992), Nicolau (1994) e Abranches (1986). O desenho dessas coalizões reflete, em grande parte, o sistema partidário parlamentar de fragmentação alta ou média dos partidos políticos no Brasil. Independentemente do governador, todos eles devem construir maiorias com diversidade ideológica, pois o mais importante para o partido vencedor é a capacidade de construção de uma coalizão majoritária máxima, média ou mínima.

4.5 Teste de hipóteses

Constatou-se que na primeira hipótese, o padrão de construção de Maiorias Parlamentares no poder legislativo no Brasil é assim caracterizado: governante de esquerda produz coalizão mínima, governante de centro produz coalizão máxima e governante de direita produz coalizão média.

Verificou-se ainda que não há uma correlação entre a ideologia do partido governista e a tendência de formação de coalizão, visto que tanto os partidos da esquerda, os partidos da direita e do Centro são incoerentes no processo de formação de maiorias governamentais, pois não seguem essa lógica. Há um pragmatismo no processo de formação de coligações e coalizões. Não foram analisadas as votações que iriam elucidar a coerência do ponto de vista de formação de maiorias. Portanto, esta hipótese é refutada em parte, visto

que dos 10 estados analisados, apenas Amapá e Pará que estiveram próximos de comprovar esta tese.

Em relação à **segunda hipótese**, as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente em quase todos estados, exceto Santa Catarina, Amapá, Pará e Rio Grande do Norte (2010). Tal afirmação procede ao se verificar, primeiramente, o processo de formação de coligações, que incluiu partidos extremados nos dois pólos, esquerda x direita, este caso aconteceu em São Paulo e Minas Gerais. Contrariamente, Brasília, em 2010, e Rio Grande do Norte, em 2014, foram coerentes ideologicamente, pois a composição da maioria governamental foi baseada em partidos do Centro Esquerda.

Em se tratando da **terceira hipótese** (Governos da esquerda são menos incoerentes ideologicamente na construção de maioria parlamentar do que governo de direita), ela foi negada, ou seja, não se verificou esta tendência, visto que tanto os governos da direita e da esquerda produzem maiorias governamentais de forma pragmática e considerando a estrutura do sistema eleitoral e partidário como um todo. A pesquisa empírica negou este pressuposto, visto que a esquerda não é coerente com a montagem de sua maioria governamental, sendo que a direita é mais coerente ou menos incoerente ideologicamente. Ora, indicam as fontes que a direita que tende a seguir até ao centro. Contudo, nota-se que em estados como São Paulo, Alagoas e outros, os governos são de tendência ideológica de direita, mas incluem, na sua maioria governativa, partidos da esquerda ou extrema esquerda como o partido PSB ou PPS.

5 CONCLUSÃO

Este estudo objetiva analisar os mecanismos pelos quais se constroem maiorias governamentais nas Assembleias Legislativas de 10 distritos eleitorais no Brasil, sendo considerado um estudo de caso. Ao longo do desenvolvimento do trabalho, a questão de pesquisa que norteou o estudo foi: Existe um padrão na construção de Maiorias Parlamentares no poder legislativo estadual no Brasil, entre 2010 e 2014? Além disso, a pesquisa apresenta, em forma de hipótese, a possibilidade de constatar que as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente e que os Governos de direita e da esquerda também são incoerentes ideologicamente na construção de maioria parlamentar.

Verifica-se que o desenho acima apresentado, do ponto de vista de coalizões máximas incoerentes e em termos de ideologia, reflete a alta fragmentação partidária e parlamentar proporcional de lista aberta presente no Brasil, pois o partido do governador nunca tem acima de 20% dos assentos parlamentares. Dadas estas características, cujos partidos não tem uma confiabilidade da população e não são ideológicos e sem tradição na sociedade brasileira, os governadores fazem coalizões para terem uma garantia que possuirão uma máxima, podendo atingir em media 51%, dada esta característica falta uma confiabilidade em termos de relação extra partidária ou de cunho ideológico incoerente. Assim, a coalizão máxima não é determinada única e exclusivamente pela vontade do governador, mas sim pelo desenho do sistema eleitoral e partidário brasileiro de permitir a governabilidade.

Evidenciamos, do mesmo modo, que os partidos com representação no parlamento, ou não, foram criados entre 1981 a 2014, mas que a idade, isto é, o tempo de existência não é uma variável importante para determinar seu funcionamento e atuação em termos de participação de formação de coalizões ou Maiorias Parlamentares. Neste contexto, o estudo caminhou numa perspectiva de desenvolver argumentos que evidenciaram que as coalizões vencedoras mínimas, médias e máximas são construídas em ambientes e sistemas políticos diferentes e dependem em grande parte das condições econômicas, sociais e políticas da sociedade.

Desta forma, conclui-se que a formação de coalizões sempre esteve associada aos governos de sistemas políticos-eleitorais parlamentaristas, mas no contexto brasileiro a formação de coalizões ligou essas dinâmicas com o sistema presidencialista e considerando as condições contextuais de cada estado.

Ao mesmo tempo, visualizou-se que não há uma correlação entre a ideologia do partido governista e a tendência de formação de coalizões ideologicamente coerentes. O partido vencedor detém um único objetivo, construir uma maioria parlamentar, o que repousa na sua capacidade de governabilidade e aprovação de suas agendas do executivo no legislativo para que, assim, esse partido possa pensar na possibilidade de reeleição.

Ora, com o processo de descrição da composição das Assembleias Legislativas e o processo de construção de Maiorias Parlamentares verifica-se que os Estados do Pará, Brasília e Amapá foram, do ponto de vista de coerência ideológica, positivos, uma vez que os principais partidos que dualizam o espaço político, ou seja, que levam a competição política na dimensão centrípeta, não comungaram do processo de formação da coligação eleitoral e muito menos da maioria parlamentar.

O estudo evidencia a ideia de que os governos de direita não são muitos coerentes, ao menos para os estados que foram selecionados. No caso de São Paulo, não se verifica coerência do ponto de vista de formação de coalizão. Contrariamente, a esquerda tem tido um tipo de coerência ideológica, pois eles, além de organizarem seus governos por via da ideologia e pelo contexto que se encontram, são obrigados a caminhar em direção ao centro, isto é, de forma centrípeta. Isto não quer dizer que se aplicam os processos de votação à esquerda. As votações não são o objeto de estudo desta pesquisa, mas entende-se que nas votações, há uma tendência de coerência ideológica dos governos da direita.

Outro elemento chave para a análise do processo de formação de coligações no contexto brasileiro é a sobrevivência de alguns partidos nos gabinetes, sem necessariamente vencer as eleições para Presidente da República. Exemplo disso é o PMDB que, ao longo do tempo, não tem apresentado candidato presidencialista, mas tem tido melhores resultados eleitorais desde o período de democratização de 1988, além de ser um partido forte na maioria dos 10 parlamentos estudados nesse trabalho.

Destaca-se explicitamente que o processo de formação de Maioria Parlamentar no Estado do Amapá seguiu a coerência ideológica, visto que o PMDB em Amapá, em 2014, constituiu-se como partido de centro. Da mesma forma, no parlamento, em 2010, no Amapá, o partido do vencedor (PSB) consolidou uma maioria abaixo da mínima por ter encontrado dificuldade ideológica de construir uma coalizão majoritária com os outros 10 partidos que compuseram a base do governador na Assembleia do Amapá.

De forma global, no Brasil, considera-se o sistema partidário multipartidário, com alta fragmentação, onde a formação de coalizão é quase que exigência natural, fundamentando-se em Austen-Smith e Banks (1988). No processo de governança ou governabilidade, as votações ideológicas sinceras não têm sido racionais. Isto ocorre, em parte, devido à preocupação com seus benefícios em detrimento da ideologia. Assim, o estudo conclui que as Maiorias Parlamentares governistas são incoerentes ideologicamente em todos estados que constituem a amostra do estudo, com exceção de Brasília e Rio Grande do Norte, que foram coerentes ideologicamente na formação da sua maioria parlamentar, baseada no centro-esquerda.

REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique Hundson de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro v. 31, n 1, p. 5-33, 1988.
- ADAMS, James; MERRILL, Samuel; GROFMAN, Bernard. **A unified theory of party competition**: a crossnational analysis integrating spatial and behavioral factors. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 2005.
- AGASTYA, Murali. Perturbed adaptive dynamics in coalition form games. **Journal of Economic Theory**, Illinois, v. 89, n. 2, p. 207-233, Dec. 1999.
- ALDRICH, John Herbert. **Why Parties?** The origin and transformation of political parties in America. Chicago: University of Chicago Press, 1995.
- ALMOND, Gabriel Abraham; VERBA, Sidney. **The civic culture**: political attitudes and democracy in five nations. California: Sage Publications, 1989.
- ALTMAN, David. **The politics of coalition formation and survival in multiparty presidential regimes**. 2001. Tese (Doutorado em Ciências Políticas) – University of Notre Dame, Indiana, 2001.
- AMES, Barry. **The deadlock of democracy in Brazil**. Ann Arbor: University of Michigan Press, 2001. (Interests, identities, and institutions in comparative politics).
- AMORIM NETO, Otávio. Cabinet formation and party politics in Brazil. In: CONGRESSO DA LATIN-AMERICAN SOCIOLOGICAL ASSOCIATION, 19., Atlanta. **Anais...** Atlanta: LASA, 1995.
- AMORIM NETO, Otávio. **Of presidents, parties and ministers**: cabinet formation and legislative decision-making under separation of powers. 1998. Tese. University of California, San Diego, 1998.
- ANASTASIA, Fátima, MELO, Carlos Ranulfo; SANTOS, Fabiano. **Governabilidade e representação política na América do Sul**. São Paulo: UNESP/Konrad Adenauer, 2004.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). **Pós-neoliberalismo**: as políticas sociais e o estudo demorático. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2000. p. 9-23.
- ARMSTRONG, David; DUCH, Raymond. Why can voters anticipate post-election coalition formation likelihoods? **Electoral Studies**, Texas, v. 29, p. 308-315, 2010.

ARNOLD, Tone; SCHWALBE, Ulrich. Dynamic coalition formation and the core. **Journal of Economic Behavior and Organization**, United States, v. 49, n. 3, p. 363-380, nov. 2002. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S016726810200015X/1-s2.0-S016726810200015X-main.pdf?_tid=067afe42-8836-11e7-8241-00000aab0f27&acdnat=1503515307_67a4bca9c10ff48f942cff8e88bbb1c1>. Acesso em: 20 set. 2016.

ARNOTT, David; PERVAN, Graham (2005) A critical analysis of decision support systems research. **Journal of Information Technology**, Oxford, v. 20, n. 2, p. 67-87, Jun. 2005.

AUSTEN-SMITH, David; BANKS, Jeffrey. Elections, coalitions, and legislative outcomes. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 82, n. 2, p. 405-422, Jun. 1988.

AVRITZER, Leonardo. **Impasses da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BANERJEE, Suryapratim; KONISHI, Hideo; SÖNMEZ, Tayfun. Core in a simple coalition formation game. **Social Choice and Welfare**, v. 18, n. 1, p. 135-153, Jan. 2001.

BARRETO, Alcyrus Vieira Pinto; HONORATO, Cezar de Freitas. **Manual de sobrevivência na selva acadêmica**. Rio de Janeiro: Objeto Direto, 1998.

BARROSO, Luís Roberto. **A reforma política: uma proposta de sistema de governo, eleitoral e partidário para o Brasil**. Brasília, DF, 2010. (Relatório apresentado à OAB). Disponível em: <http://www.luisrobertobarroso.com.br/wp-content/themes/LRB/pdf/instituto_proposta_introducao_objetivos_e_ideias_centrais.pdf> Acesso em: 12 jul. 2016.

BLAIS, André; BLAKE, Donald; DION, Stephane. Do parties make a difference?: parties and the size of government in liberal democracies. **American Journal of Political Science**, Massachusetts, v. 37, p. 40-62, 1993.

BLAIS, André; INGRIDASON, Ingridi. Make candidates count: the logic of electoral alliances in two-round legislative elections. **The Journal of Politics**, Massachusetts, v. 69, n. 1, p. 193-205, Feb. 2007.

BLONDEL, Jean; COTTA, Maurizio (Ed.). **Party and government: an inquiry into the relationship between governments and supporting parties in liberal democracies**. London: Macmillan, 1996.

BLONDEL, Jean. Party systems and patterns of government in western democracies. **Canadian Journal of Political Science**, Cambridge, v. 1, n. 2, p. 180-203, Jun. 1968.

BONAVIDES, Paulo. **Ciência política**. 11. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

BRAGA, Maria do Socorro Sousa. Eleições e democracia no Brasil: a caminho de partido e sistema partidário institucionalizados. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 4, p. 43-72, 2010.

_____. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política** (1982-2002). São Paulo: Humanitas, 2006.

BRASIL. Constituição de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. **Diário Oficial [da] União**, Brasília, DF, 5 out. 1988. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 13 maio 2017.

BUDGE, Ian; ROBERTSON, David; HEARL, Derek. **Ideology, strategy and party change: spatial analyses of post-war election programmes in 19 democracies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1987.

CARREIRÃO, Yan de Souza. O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n. 14, p. 255-295, maio/ago. 2014.

CHASQUETTI, Daniel. Democracia, multipartidarismo y coaliciones em América Latina: evaluando la difícil combinación. In: LANZARO, Jorge (Org.). **Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina**. Buenos Aires: CLACSO, 2001. p. 319-359.

COCKETT, Richard. **Thinking the unthinkable: think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983**. Londres: Harper Collins, 1994.

CROTTY, William; JACOBSON, Gary. Television and the politics of media. In: **American Parties in Decline**. Boston, MA: Brown, Little and Company, 1980. p. 67-99.

DAHL, Robert. **Dilemmas of pluralist democracy**. New Haven: Yale University Press, 1983.

DALTON, Russell; MCALLISTER, Ian; WATTENBERG, Martin. The consequences of partisan dealignment. In: DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Ed.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 37-63.

DEHEZA, Grace Ivana. Gobiernos de coalición en el sistema presidencial: América del Sur. In: NOHLEN, Dieter; FERNÁNDEZ, Mario (Org.). **El presidencialismo renovado: institucionalismo y cambio político en América Latina**. Caracas: Nueva Sociedad, 1998. p. 151-169.

DIAMOND, Larry; GUNTHER, Richard (Ed.). **Political parties and democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2001.

DOWNS, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1957.

DUCH, Raymond; STEVENSON, Randy. **Voting in context: how political and economic institutions condition election results**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

- DUNLEAVY, Patrick; HUSBANDS, Christopher. **British democracy at the crossroads**. London: Allen & Unwin, 1985,
- DUVERGER, Maurice. **Os partidos políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
- _____. **Political parties**: their organization and activity in the modern state. London: Methuen, 1959.
- ELSTER, Jon. **Peças e engrenagens das ciências sociais**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- FARRELL, David; WEBB, Paul. Political parties as campaign organizations. In: DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Ed.). **Parties without partisans**: political change in advanced industrial democracies. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 102-128.
- FEREJOHN, John; PASQUINO, Pasquale. A teoria da escolha racional na ciência política: conceitos de racionalidade em teoria política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 5-24, fev. 2001.
- FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **A democracia no limiar do século XXI**. São Paulo: Saraiva, 2001.
- FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Executivo e legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: FGV, 1999.
- FIGUEIREDO, Marcus. **A decisão do voto**: democracia e racionalidade. Belo Horizonte: EdUFMG, 2008.
- FISHER, Louis. **The constitution between friends**: congress, the president and the law. New York, 1978.
- FRANTZICH, Stephen. **Political parties in the technological age**. New York, 1989.
- GAMSON, William. A theory of coalition formation. **American Sociological Review**, Washington, v. 26, n. 3, p. 373-382, Jun. 1961.
- GOODIN, Robert. Institutions and their design. In: _____. (Ed). **The theory of institutional design**. Cambridge: Cambridge University Press, 1996. p. 1-53.
- GREEN, John. Still Functional after all these years: parties in the United States, 1960-2000. In: WEBB, Paul; FARRELL, David; HOLLIDAY, Ian (Ed.). **Political parties in advanced industrial societies**. Oxford: Oxford University Press, 2002. p. 310-344.
- HALL, Peter; TAYLOR, Rosemary. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova Revista de Cultura e Política**, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003.
- HELD, David. **Models of democracy**. Stanford: Stanford University Press, 1996.

- HERNÁNDEZ, José Guadalupe Vargas. Perspectivas del institucionalismo y neoinstitucionalismo. **Ciencia Administrativa. Ensayos**, v. 1, p. 47-58, 2008.
- HINCKLEY, Barbara. Twenty-one variables beyond the size of the winning coalitions. **Journal of Politics**, Chicago, v. 4, n. 1, p. 192-212, Feb. 1979.
- HUBER, John; INGLEHART, Roland. Expert interpretations of party space and party locations in 42 societies. **Party Politics**, California, v. 1, n. 1, p. 73-111, 1995.
- KATZ, Richard; MAIR, Peter (Ed.). **How parties organize: change and adaptation in party organizations in western democracies**. London: Sage Publications, 1994.
- KEDAR, Orit. When moderate voters prefer extreme parties: policy balancing in parliamentary elections. **American Political Science Review**, New York, v. 99, n. 2, p. 185-199, May 2005.
- KELLSTEDT, Paul; WHITTEN, Guy. **The fundamentals of political science research**. New York: Cambridge University Press, 2009.
- KILGOUR, Marc et al. Coalition analysis in group decision support. **Group Decision and Negotiation**, Canada, v. 10, n. 2, p. 159-175, Mar. 2001.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. **Radiografia do quadro partidário brasileiro**. São Paulo: Instituto Konrad-Adenauer-Stiung/Centro de Estudos, 1993. (Pesquisas; n. 1).
- KNUTSEN, Oddbjørn. The strength of the partisan component of left-right identity: a comparative longitudinal study of left-right party polarization in Eight West European countries. **Party Politics**, California, v. 4, n. 1, p. 5-31, 1998.
- KORPI, Walter. **The democratic class struggle**. London; Boston: Routledge and K. Paul, 1983.
- KUMLIN, Staffan; ROTHSTEIN, Bo. Making and breaking social capital: the impact of welfare-state institutions. **Comparative Political Studies**, v. 38, n. 4, p. 339-365, May 2005.
- LACERDA, Alan; OLIVEIRA, Bruno Cesário de. Patronagem e formação de coalizões: o caso da Unidade Popular no RN. **Cronos**, Natal-RN, v. 5/6, n. 1/2, p. 273-287, jan./dez. 2004/2005
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2009.
- LAMOUNIER, Bolívar. A democracia brasileira de 1985 à Década de 90: a síndrome da paralisia hiperativa. In: VELLOSO, J. P. (Coord.). **Governabilidade, sistema político e violência urbana**. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994. p. 26-63.
- _____. **Depois da transição: democracia e eleições no governo Collor**. São Paulo: Loyola, 1991.

LAVER, Michael; BUDGE, Ian (Ed.). **Party policy and coalition government in Western Europe**. London: Macmillan, 1993.

LAVER, Michael. Dynamic Factors in Government Coalition Formation. **European Journal of Political Research**, United States, v. 2, n. 3, p. 259-270, Sep. 1974.

LAVER, Michael; SCHOFIELD, Norman. **Multiparty government: the politics of coalition in Europe**. New York: Oxford University Press, 1990. (Comparative European politics).

LAVER, Michael; SHEPSLE, Kenneth. A. **Making and breaking governments: cabinets and legislatures in parliamentary democracies**. New York: Cambridge University Press, 1996.

LEISERSON, Michael. **Coalitions in politics: a theoretical and empirical study**. New Haven: Yale University Press, 1966.

LEITE, Adailton Amaral; SANTOS, Manoel. **Voto, parlamento e políticas públicas: instituições políticas em Pernambuco**. Recife: UFPE, 2010.

LEWIS-BECK, Michael. Comparative economic voting: Britain, France, Germany, Italy. **American Journal of Political Science**, Massachusetts, v. 30, p. 315-346, 1986.

_____. **Economics and elections: the major western democracies**. Michigan: University of Michigan Press, 1988.

LIAO, Stephen Shaoyi et al. Coalition formation based on marginal contributions and the Markov process. **Journal Decision Support Systems**, Amsterdam, v. 57, p. 355-363, Jan. 2014.

LIJPHART, Arend. **Patterns of democracy: government, forms and performance in thirty-six countries**. New Haven: Yale University Press, 1999.

LIMONGI, Fernando. O novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **BIB: Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, n. 37, p. 3-38, jan./jun. 1994.

LINZ, Juan. Presidential or parliamentary democracy: does it make a difference? In: LINZ, Juan; VALENZUELA, Arturo (Ed.). **The failure of presidential democracy: the case of Latin America**. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 1994. v. 2. p. 10-14.

LIPSET, Seymour Martin; ROKKAN, Stein. **Cleavage structures, party systems and voter alignments**. New York: Free Press, 1967.

LUEBBERT, Gregory. **Comparative democracy: policy making anti governing coalitions in Europe and Israel**. New York: Columbia University Press, 1986.

LUPIA, Arthur; STRØM, Kaare. Coalition termination and the strategic timing of parliamentary elections. **American Political Science Review**, Cambridge, v. 89, n. 3, p. 648-665, Sep. 1995.

MAINWARING, Scott. Brazil: weak parties, feckless democracy. In: MAINWARING, Scott; SCULLY, Timothy (Ed.). **Building democratic institutions: party systems in latinamerica**. Stanford: Stanford University Press, 1995.

_____. Multipartism, robust federalism and presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew Soberg (Ed.) **Presidentialism and democracy in Latin America**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997. p. 55-109.

_____. Politicians, parties, and electoral systems: Brazil in comparative perspective. **Comparative Politics**, New York, v. 24, n. 1, Oct. 1991.

_____. **Sistemas partidários: em novas democracias: o caso do Brasil**. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: FGV, 2001.

MAIR, Peter. Party systems and structures of competition. In: LEDUC, Larry; NEMI, Richard; NORRIS, Pippa (Ed.). **Comparing democracies**. London: Sage, 1996. p. 83-106.

MANIN, Bernard. **The principles of representative government**. Cambridge; New York: Cambridge University Press, 1997. (Themes in the social sciences).

MARCH, James; OLSEN, Johan. The new institutionalism. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 78, n. 3, p. 734-749, Sep. 1984.

MARAVALL, José María. Accountability in coalition governments. **Annual Review of Political Science**, California, v. 13, p. 81-100, Jun. 2010.

MARQUES, José Elias Domingos Costa. Na busca dos novos líderes: compreendendo o surgimento de candidatos à disputa política pela ótica do neo institucionalismo da escolha racional. **CSONline: Revista eletrônica de Ciências Sociais**, Juíz de Fora, v. 1, n. 1, p. 130-151, fev. 2007.

MERSHON, Carol. **The costs of coalition**. Stanford: Stanford University Press, 2002.

MICHELS, Robert. **Los partidos políticos: un studio sociológico de las tendencias oligárquicas de la democracia moderna**. Buenos Aires: Amorrortu, 1915.

MILLER, Arthur; WATTENBERG, Martin; MALANCHUK, Oksana. Schematic assessments of presidential candidates. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 80, n. 2, p. 521-540, Jun. 1986.

MIZUCA, Humberto Dantas de. **Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 a 2004**. 2007. 176 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento em Ciência Política, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MORROW, James. **Game theory for political scientists**. Princeton: Princeton University Press, 1994.

NICOLAU, Jairo Marconi. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Descobrimos o Brasil).

_____. **Multipartidarismo e democracia**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

NORTH, Douglas. Instituciones, cambio institucional y desempeño económico. **Lecturas de economía**, Medellín, n. 49, p. 213-220, jul./dez. 1998.

_____. **Institutions, institutional change, and economic performance**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990. (The Political economy of institutions and decisions).

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e Multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. **Contexto internacional**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 465-504, jul./dez. 2006.

OLSON, Mancur. **A lógica da ação coletiva**. Tradução de Fabio Fernandez. São Paulo: EdUSP, 1999. (Clássicos; 16).

OSTROGORSKI, Moisey. **Democracy and the organization of political parties**. New York: Ancor, 1902.

PACKEL, Edward. A stochastic solution concept for person games. **Mathematics of Operations Research**, Illinois, v. 6, n. 3, p. 349-363, Aug. 1981.

PAIVA, Denise; BRAGA, Maria do Socorro; PIMENTEL, Jairo Tadeu Pires. Eleitorado e partidos políticos no Brasil. **Opinião Pública**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 388-408, nov. 2007.

PEREYRA, Guillermo. El nuevo institucionalismo y la concepción representacionista de la política. **Perfiles Latinoamericanos**, n. 33, p. 115-138, jan./jun. 2009.

PERSSON, Torsten; TABELLINI, Guido. **Political economics: explaining economic policy**. Cambridge: MIT Press, 2000.

PETTERSEN, Per Arnt. Comparing non-voters in the USA and Norway: permanence versus transience. **European Journal of Political Research**, Massachusetts, v. 17, n. 3, p. 351-359, May 1989.

POGUNTKE, Thomas. Germany. **European Journal of Political Research**, Massachusetts, v. 28, n. 3-4, p. 261-511, Dec. 1995.

POOLE, Keith; ROSENTHAL, Howard. **Congress: a political-economic history of roll call voting**. New York: Oxford University Press, 1997.

PONTUSSON, Jonas. From comparative public policy to political economy: putting political institutions in their place and taking interests seriously. **Comparative Political Studies**, United States, v. 28, n. 1, p. 117-147, Apr. 1995.

POWELL, Bingham; WHITTEN, Guy. A cross-national analysis of economic voting: taking account of the political context. **American Journal of Political Science**, Massachusetts, v. 37, n. 2, p. 391-414, 1993.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas de pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo, RS: Feevale, 2013.

RAE, Douglas. **The political consequences of electoral laws**. New Haven: Yale University Press, 1967.

REIS, Fábio Wanderley. Governabilidade, instituições e partidos. **Novos Estudos Cebrap**, São Paulo, n. 41, p. 40-57, mar. 1995.

RIBEIRO, Leandro Molhano; PEIXOTE, Vitor de Moraes; BURLAMAQUI, Patrícia de Oliveira. Processo decisório e inovação institucional no presidencialismo de coalizão: um estudo a partir da gênese das agências reguladoras no Brasil. **Revista de Direito Administrativo**, Rio de Janeiro, v. 251, p. 99-124, 2009.

RIKER, William. **The theory of political coalitions**. Nova York: Textbook Publishers, 1962.

_____. Voting and the summation of preferences: an interpretive bibliographic review of selected developments during the last decade. **The American Political Science Review**, Cambridge, v. 55, n. 4, p. 900-911, Dec. 1961.

RODRIGUES, Lucas Trompieri. A fragmentação partidária e a crise de representação política. **Conteúdo Jurídico**, Brasília, DF, 31 mar. 2014. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.47576&seo=1>>. Acesso em: 23 jun. 2017.

RODRIGUES-SILVEIRA, Rodrigo. Território, escala e voto nas eleições municipais no Brasil. **Cadernos Adenauer**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 167-192, 2013. Disponível em: <<http://www.kas.de/wf/doc/10392-1442-5-30.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2016.

ROLAND, Gérard. Understanding institutional change: fast-moving and slow-moving institutions. **Studies in Comparative International Development**, United States, v. 38, n. 4, p. 109-131, Dec. 2004.

ROTHSTEIN, Bo. Political institutions: na overview. In: GOODIN, Robert; KLINGEMANN, Hans-Dieter (Ed.). **A new hand book of political science**. Estados Unidos: Oxford University Press, 1996. p. 133-166.

SADEK, Maria Tereza. Sistema partidário brasileiro: a debilidade institucional. **Working Paper**, Barcelona, n. 72, 1993.

SANTOS, Fabiano; ALMEIDA, Acir. **Fundamentos informacionais do presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Appris, 2011. (Ciências sociais).

- SANTOS, Fabiano. **O poder legislativo no presidencialismo de coalizão**. Belo Horizonte: EdUFMG, 2003. (Série Origem).
- SANTOS, Manoel Leonardo. **O parlamento sob influência**: o lobby da indústria na Câmara dos Deputados. 2011. 196 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Departamento de Ciência Política, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.
- SARTORI, Giovanni. **Partidos e sistemas partidários**. Tradução de Waltensir Dutra. Brasília, DF: Zahar; UNB, 1982. (Pensamento político; 43).
- SATHLER, André; BRAGA, Ricardo (Org.). **Legislativo pós-1988**: reflexões e perspectivas. Brasília, DF : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.
- SCARROW, Susan. **Parties and their members**. Oxford: Oxford University Press, 1996.
- _____. Parties without members? party organization in a changing electoral environment. In: DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Ed.). **Parties without partisans**: political change in advanced industrial democracies. New York: Oxford University Press, 2000. p. 79-101.
- SCHATTSCHNEIDER, Elmer Eric. **The semisovereign people**: a realist's view of democracy in America. New York: Holt, Rinehart, and Winston, 1960.
- SCHOFIELD, Gillian. The significance of a secure base: a psychosocial model of long-term foster care. **Child and Family Social Work**, Massachusetts, v. 7, n. 4, p. 259-272, Nov. 2002.
- SCHOFIELD, Norman; LAVER, Michael. Bargaining Theory and Portfolio Payoffs in European Coalition Governments 1945-83. **British Journal of Political Science**, California, n. 15, p. 143-164, 1985.
- SHEPSLE, Kenneth. Studying institutions: some lessons from the rational choice approach. **Journal of Theoretical Politics**, Chicago, v. 1, n. 2, p. 131-147, Apr. 1989.
- SILVA, Luís Virgílio Afonso da. **Sistemas eleitorais**: tipos, efeitos jurídico-políticos e aplicação ao caso brasileiro. São Paulo: Malheiros, 1999.
- SOARES, Gláucio Ary; RENNÓ, Lúcio (Org.). **Reforma política**: lições da história recente. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006.
- STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen. Historical institutionalism in comparative politics. In: STEINMO, Sven; THELEN, Kathleen; LONGSTRETH, Frank. **Structuring politics**: historical institutionalism in comparative analysis, Cambridge: Cambridge University Press, 1992. p. 1-31.
- STINCHCOMBE, Arthur. **Constructing social theories**. New York: Harcourt, 1968.

STRØM, Kaare. **Minority government and majority rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

STRØM, Kaare; MULLER, Wolfgang; SMITH, Daniel Markham. Parliamentary Control of Coalition Governments. **Annual Review of Political Science**, United States, v. 13, n. 1, p. 517-535, Jun. 2010.

STRØM, Kaare. Parties at core of government. In: DALTON, Russell; WATTENBERG, Martin (Ed.). **Parties without partisans: political change in advanced industrial democracies**. Oxford: Oxford University Press, 2000. p. 180-207.

TAVARES, José. **Sistemas eleitorais nas democracias contemporâneas: teoria, instituições e estratégias**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. **Partidos políticos registrados no TSE**. Brasília, DF, [2017]. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos>>. Acesso em: 11 jun. 2017

TSEBELIS, George. **Jogos ocultos: escolha racional no campo da política comparada**. Tradução de Luiz Paulo Rouanet. São Paulo. EDUSP, 1998. (Ponta; 17).

VARGAS-HERNÁNDEZ, José. Reflexiones sobre el impacto del nuevo institucionalismo económico, sociológico e histórico institucional en la política social. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, España, v. 2, n. 2, p. 117-138, maio 2014.

VENTURA, Paulo Cezar Santos. Por uma pedagogia de projetos: uma síntese introdutória. **Educação e Tecnologia**, Belo horizonte, v. 7, n. 1, p. 36-41, jan./jun. 2002.

VON NEUMANN, John; MORGENSTERN, Oskar. **Theory of games and economic behavior**. 3. ed. Princeton, Princeton University Press, 1944.

WARE, Alan. **Political parties and party systems**. Oxford: Oxford University Press, 1996.

WARWICK, Paul. Ideological diversity and government survival in Western European parliamentary democracies. **Comparative Political Studies**, California, v. 25, n. 3, p. 332-361, Oct. 1992.

WATTENBERG, Martin. **The rise of candidate: centered politics: presidential elections of the 1980s**. Cambridge: Harvard University Press, 1991

WEBB, Paul; FARRELL, David; HOLLIDAY, Ian (Ed.). **Political parties in advanced industrial societies**. Oxford: Oxford University Press, 2002.

WEBB, Paul. Political parties in Britain: secular decline or adaptive resilience? In: WEBB, Paul; FARRELL, David; HOLLIDAY, Ian (Ed.). **Political parties in advanced**

industrial democracies: comparative politics. New York: Oxford University Press, 2002. p. 16-45.

WOODERS, Myrna. Multijurisdictional economies. The tiebout hypothesis, and sorting. **Proceedings of the National Academy of Sciences**, Washington, v. 96, p. 10585-10587, Dec. 1999.